



A partir da necessidade que pode brotar de uma questão que “incomode” uma, duas ou mais pessoas na comunidade escolar, questão esta que surge do cotidiano, levantar o que essa comunidade pensa sobre o tema é o **DIAGNÓSTICO**, que irá resultar em “uma voz da comunidade”, de onde partem as ações, em relação à educação. Após o diagnóstico, os resultados são sistematizados e os resultados são confirmados a partir da definição do projeto. Neste momento, a comunidade escolar estará vivenciando um processo participativo de **CONSTRUÇÃO** sobre a



Após esses passos, passa-se então à definição das **ETAPAS** internas necessárias à execução do projeto: é o “como fazer”. A primeira etapa pode ser a das **METODOLOGIAS** que serão utilizadas. Neste momento, pode-se detalhar cada etapa com os seguintes itens: o que, quando, onde, para quem, responsável, recursos humanos e materiais a serem providenciados.

Projeto

é uma ação intencional definida coletivamente.

Político

educar é um ato político.

Pedagógico

é a construção e a sistematização do conhecimento e dos saberes se viabilizam por meio da ação pedagógica.



Educação SEXUAL: interfaces curriculares

**CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
CEAD/UDESC/UAB**

Centro de Educação a Distância
Universidade do Estado de Santa Catarina
Universidade Aberta do Brasil

EDUCAÇÃO
SEXUAL:
interfaces curriculares

FLORIANÓPOLIS
CEAD/UDESC/UAB

1ª edição - Caderno Pedagógico

Educação Sexual: interfaces curriculares

Governo Federal	Presidente da República Dilma Rousseff Ministro de Educação Aloizio Mercadante Oliva Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior Jorge Rodrigo Araújo Messias Diretor de Regulação e Supervisão em Educação a Distância Hélio Chaves Filho Presidente da CAPES Jorge Almeida Guimarães Diretor de Educação a Distância da CAPES/MEC João Carlos Teatini de Souza Clímaco
Governo do Estado de Santa Catarina	Governador João Raimundo Colombo Secretário da Educação Eduardo Deschamps
UDESC	Reitor Antonio Heronaldo de Sousa Vice-Reitor Marcus Tomasi Pró-Reitor de Ensino de Graduação Luciano Hack Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade Mayco Morais Nunes Pró-Reitor de Administração Vinícius A. Perucci Pró-Reitor de Planejamento Gerson Volney Lagemann Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Leo Rufato
Centro de Educação a Distância (CEAD/UAB)	Diretor Geral Marcus Tomasi Diretora de Ensino de Graduação Fabíola Sucupira Ferreira Sell Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação Lucilene Lisboa de Liz Diretora de Extensão Vera Márcia Marques Santos Diretor de Administração Ivair de Lucca Chefe de Departamento de Pedagogia a Distância CEAD/UDESC Isabel Cristina da Cunha Subchefe de Departamento de Pedagogia a Distância CEAD/UDESC Vera Márcia Marques Santos Secretária de Ensino de Graduação Rosane Maria Mota Coordenadora de Estágio Vera Márcia Marques Santos Coordenador UDESC Virtual Luiz Fabiano da Silva Coordenador Geral UAB Estevão Roberto Ribeiro Coordenadora Adjunta UAB Gabriela Maria Dutra de Carvalho Coordenadora de Curso UAB Carmen Maria Cipriani Pandini Coordenadora de Tutoria UAB Ana Paula Carneiro Secretaria de Curso UAB Elizabeth Maes Savas Jacques

Copyright © UDESC/ CEAD/UAB <2012>

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Gabriela Maria Dutra de Carvalho
Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes
Sonia Maria Martins de Melo
Vera Márcia Marques Santos

EDUCAÇÃO SEXUAL: interfaces curriculares

Caderno Pedagógico
1ª edição

Florianópolis



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial
e Editora de Santa Catarina

2012

Professores autores

Gabriela Maria Dutra de Carvalho
Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes
Sonia Maria Martins de Melo
Vera Márcia Marques Santos

Design instrucional

Carla Peres Souza

Professora parecerista

Enemari Salete Poletti

Projeto instrucional

Ana Cláudia Taú
Carla Peres Souza
Carmen Maria Pandini Cipriani
Daniela Viviani
Melina de la Barrera Ayres
Roberta de Fátima Martins

Projeto gráfico e capa

Elisa Conceição da Silva Rosa
Sabrina Bleicher

Diagramação

Elisa Conceição da Silva Rosa
Sabrina Bleicher

Revisão de texto

Jaqueline Tartari

C331e

Carvalho, Gabriela Maria Dutra de
Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico /
Gabriela Maria Dutra de Carvalho et al ; design instrucional Carla Peres
Souza – Florianópolis : UDESC/CEAD/UAB, 2012.
90 p. : il. ; 28 cm

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-64210-40-0

1. Educação sexual. – 2. Educação a distância. – I. Mendes, Patrícia de
Oliveira e Silva Pereira. – II. Melo, Sonia Maria Martins de. – III. Santos, Vera
Márcia Marques. – IV. Souza, Carla Peres. – V. Título.

CDD: 372.372 - 20 ed.

Apresentação	7
Introdução	9
Programando os estudos	11
CAPÍTULO 1	
Sexualidade como tema transversal	15
Seção 1 - Retomando conceitos: sexo e sexualidade.	16
Seção 2 - Educação Sexual: transversalidade e currículo	19
CAPÍTULO 2	
Educação Sexual: interfaces curriculares na construção do Projeto Político Pedagógico.	35
Seção 1 - De que Educação Sexual estamos falando?	36
Seção 2 - Educação Sexual e Projeto Político Pedagógico na escola: onde estão as interfaces curriculares?	40
CAPÍTULO 3	
Produção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas	47
Seção 1 - Há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas	48
Seção 2 - Etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais.	52
CAPÍTULO 4	
Elaboração de um projeto intencional de Educação Sexual	63
Seção 1 - Subsídios metodológicos para elaboração do projeto	64
Seção 2 - Elaborando o projeto	71
Considerações finais	77
Conhecendo as professoras	79
Comentários das atividades	81
Referências	84
Referências das figuras	89



Prezado(a) estudante,

Você está recebendo o Caderno Pedagógico da disciplina de **Educação Sexual: interfaces curriculares**. Ele foi organizado, didaticamente, a partir da ementa e objetivos que constam no Projeto Pedagógico do seu Curso de Pedagogia a Distância da UDESC.

Esse material foi elaborado com base na característica da modalidade de ensino que você optou para realizar o seu percurso formativo – o ensino a distância. É um recurso didático fundamental na realização de seus estudos; organiza os saberes e conteúdos de modo que você possa estabelecer relações e construir conceitos e competências necessárias e fundamentais a sua formação.

Esse Caderno, ao primar por uma linguagem dialogada, busca problematizar a realidade aproximando a teoria e prática, a ciência e os conteúdos escolares, por meio do que se chama de transposição didática - que é o mecanismo de transformar o conhecimento científico em saber escolar a ser ensinado e aprendido.

Receba-o como mais um recurso para a sua aprendizagem, realize seus estudos de modo orientado e sistemático, dedicando um tempo diário à leitura. Anote e problematize o conteúdo com sua prática e com as demais disciplinas que irá cursar. Faça leituras complementares, conforme sugestões e realize as atividades propostas.

Lembre-se que na educação a distância muitos são os recursos e estratégias de ensino e aprendizagem, use sua autonomia para avançar na construção de conhecimento, dedicando-se a cada disciplina com todo o esforço necessário.

Bons estudos!

Equipe CEAD\UDESC\UAB





Introdução

Convidamos você, educador(a), para uma jornada de reflexão crítica sobre Educação Sexual, visando a compreender suas interfaces curriculares, conteúdo desta disciplina. O que se busca é responder as inúmeras interrogações que surgem a todo o momento sobre o instigante processo de Educação Sexual, pois, por sermos seres inconclusos, encontramos num constante processo de transformação.

Sabemos que todos e todas somos, queiramos ou não, educadores e educadoras sexuais. Se estivermos preparados para atender intencionalmente, numa abordagem emancipatória, às manifestações sexuais de crianças, jovens e adultos que acontecem em nossos lares, nas escolas ou em outros espaços educativos, certamente nossas contribuições às relações pedagógicas que sempre ocorrem entre os seres humanos serão mais qualificadas e produtivas. Para isso, não esqueça que sexo e sexualidade são termos que possuem sentidos diferentes. Embora o sexo seja parte integrante da sexualidade, ele, na maioria das vezes, refere-se à parte biológica do indivíduo, isto é, nomeia, principalmente, o que se refere aos aparelhos reprodutivos do homem e da mulher. Já a sexualidade, numa abordagem emancipatória, segundo Abramovay, Castro e Silva (2004, p. 29):

[...] é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Nesta disciplina, será destacada a importância de sermos sujeitos ativos na construção e execução de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais. Aqui a sexualidade é considerada, além de inseparável dimensão humana, ainda um polêmico

tema transversal que está sempre presente em todas as áreas do conhecimento e é vivenciado pela sociedade em seu dia a dia.

Dessa forma, educar sexualmente numa perspectiva emancipatória exige um olhar compreensivo, que vise a colaborar com a busca de transformações individuais e coletivas no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, aqui todos e todas são convidados a construir um projeto de Educação Sexual intencional que poderá fazer parte de um Projeto Político Pedagógico. Projeto este que também poderá ser adaptado para ser implementado em qualquer espaço, junto a vários tipos de comunidades educativas formais e não formais. Essa construção emancipatória poderá contribuir para que o indivíduo desaprenda o aprendido e conheça o desconhecido na busca do direito de decidir responsabilmente sobre a forma de agir diante das questões relativas à sexualidade. Nesse caminho é importante que sejam observadas as várias interfaces curriculares possíveis de serem vivenciadas no projeto. Posteriormente, você estudará algumas etapas para subsidiar a construção de projetos de Educação Sexual intencional, definindo uma metodologia de suporte a sua elaboração.

Neste percurso, prezado(a) discente, por meio de uma relação dialógica, teremos como ponto de partida para reflexão a pergunta feita por Melo (2004, p. 23): “qual realmente é o currículo oculto da Educação, ou da Deseducação Sexual, num curso de Pedagogia?”. Ainda para esta autora, há que se buscar permanentemente a construção de um currículo diferente daquele que

[...] apesar de todos os lindos discursos teóricos de respeito ao aluno, ainda desconsidera e enviesa, e reprime, numa falsa dicotomia corpo-mente, o desenvolvimento pessoal desse aluno. E isso em especialmente no que diz respeito a sua relação com seu corpo e sua sexualidade, ancoradouros de suas percepções e sentimentos de toda sua formação pessoal. (2004, p. 48)

Na intenção de buscar esse desvelamento é que lhe fazemos o convite para iniciar esta jornada de estudos.

Bom trabalho e conte conosco!



Programando os estudos

Estudar a distância requer organização e disciplina; assim como estudos diários e programados para que você possa obter sucesso na sua caminhada acadêmica. Portanto, procure estar atento aos cronogramas do seu curso e disciplina para não perder nenhum prazo ou atividade, dos quais depende seu desempenho. As características mais evidenciadas na EaD são o estudo autônomo, a flexibilidade de horário e a organização pessoal. Faça sua própria organização e agende as atividades de estudo semanais.

Para o desenvolvimento desta Disciplina você possui a sua disposição um conjunto de elementos metodológicos que constituem o sistema de ensino, que são:

- » Recursos didáticos, entre eles o Caderno Pedagógico.
- » O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- » O Sistema de Avaliação: avaliações a distância, presenciais e de autoavaliação.
- » O Sistema Tutorial: coordenadores, professores e tutores.

Ementa

Sexualidade como tema transversal. Educação Sexual: interfaces curriculares na construção do Projeto Político Pedagógico na escola. Produção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas.

Objetivos de aprendizagem

Geral

Compreender, enquanto acadêmicos e acadêmicas do Curso de Pedagogia, a Educação Sexual como dimensão humana e suas interfaces curriculares.

Específicos

- » Perceber a sexualidade como tema transversal e a Educação Sexual como processo permanente existente nas relações sociais.
- » Compreender a Educação Sexual e suas interfaces curriculares em organizações educativas.
- » Verificar as etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual, sendo essas parte do Projeto Político Pedagógico das escolas.
- » Entender como se elabora um projeto de Educação Sexual na escola.

Carga horária

54 horas/aula

Anote as datas importantes das atividades na disciplina, conforme sua agenda de estudos:

DATA 	ATIVIDADE 

Conteúdo da disciplina

Veja, a seguir, a organização didática da disciplina, distribuída em capítulos os quais são subdivididos em seções, com seus respectivos objetivos de aprendizagem. Leia-os com atenção, pois correspondem ao conteúdo que deve ser apropriado por você e faz parte do seu processo formativo.

Capítulo 1 – Neste capítulo, você está convidado a refletir sobre a sexualidade como tema transversal, reafirmando as reflexões que tratam da Educação Sexual como processo permanente existente nas relações sociais, já que a sexualidade é dimensão inseparável do existir humano, e, portanto, sempre é parte do currículo, mesmo que oculto, das organizações educativas. Também serão retomados alguns conceitos fundamentais, como: sexo, sendo marca biológica, e sexualidade, sendo marca humana.

- Capítulo 2** – No segundo capítulo, você participará do diálogo sobre uma abordagem de Educação Sexual intencional, numa perspectiva emancipatória e suas interfaces curriculares em organizações educativas formais e não formais. Será discutida qual Educação Sexual está se falando, bem como a questão da Educação Sexual e o Projeto Político Pedagógico na escola, na busca das interfaces curriculares. Esse diálogo buscará contribuir na construção do Projeto Político Pedagógico dessas organizações.
- Capítulo 3** – Neste terceiro capítulo, você será orientado sobre como realizar projetos intencionais de Educação Sexual numa perspectiva emancipatória em organizações educativas formais e não formais, considerando que há sempre um processo de Educação Sexual às práticas pedagógicas, que, nesta abordagem, deve ser explicitado no Projeto Político Pedagógico das instituições educativas.
- Capítulo 4** – No quarto e último capítulo, após sua apropriação das etapas metodológicas de elaboração de um projeto intencional de Educação Sexual para uma organização educativa, você será orientado a como elaborar um projeto de Educação Sexual, considerando os subsídios apontados.

Passemos, agora, ao estudo dos capítulos!

Sexualidade como tema transversal

Você se lembra dos conceitos de sexo e sexualidade? Torna-se fundamental realizar uma reflexão mais profunda sobre esses dois conceitos para que seja possível dialogar a respeito da presença da Educação Sexual como um tema transversal, expressa nos currículos de organizações educativas formais ou não formais, de forma explicitada ou não.

Objetivo geral de aprendizagem

- » Compreender uma abordagem emancipatória dos conceitos sexo e sexualidade, Educação Sexual, transversalidade e currículo.

Seções de estudo

Seção 1 – Retomando conceitos: sexo e sexualidade

Seção 2 – Educação Sexual: transversalidade e currículo



Neste capítulo, você encontrará uma discussão sobre os conceitos sexo e sexualidade, por se tratarem de conceitos importantes para vivências tranquilas no que se refere às diferentes manifestações da sexualidade, seja na infância, adolescência ou vida adulta. Temos observado que esses conceitos, dependendo da maneira como são entendidos, podem contribuir ou atrapalhar essas vivências. Durante seus estudos nesta disciplina, você compreenderá que a sexualidade é uma dimensão inerente ao ser humano e que o processo de Educação Sexual é existente entre as pessoas. Esses assuntos devem ser abordados como partes fundamentais do tema transversal denominado **orientação sexual**, presente nos PCNs, pois este tema é existente nas diferentes organizações sociais em que transitamos. Diante disso, pode-se afirmar que, em todos os espaços educativos, não é diferente; portanto, sempre se está educando sexualmente, “queiramos ou não, saibamos ou não”. Com isso, fica evidente que a Educação Sexual compõe o currículo das instituições educativas formais e não formais, de maneira oculta ou intencionalmente explicitada.

Seção 1

Retomando conceitos: sexo e sexualidade

Objetivos de aprendizagem

- » Compreender os conceitos de sexo e sexualidade como componentes do tema transversal da Educação Sexual.
- » Entender a Educação Sexual como processo permanente existente nas relações sociais.

Para compreender os conceitos de sexo e sexualidade, temas desta seção, primeiramente pense a respeito do seguinte questionamento:



Se a sexualidade é dimensão humana, por que ainda é tão difícil falar de sexo e sexualidade?

Perceba a importância de pensar na possibilidade de rompimento com práticas que reproduzem posturas que imprimam um tom banalizador do ser humano e dessa dimensão da sexualidade. Como sugere Paulo Freire

(1996, p. 115), “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, não posso ser neutro, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo”. Este é o convite feito a você neste momento!

Quando se trabalha como docente na formação inicial de professores e professoras, bem como na formação continuada, percebe-se que há de se fazer um longo e exaustivo debate desvelando a compreensão sobre **sexo** e **sexualidade** de pessoas em **ação-formação**. Nas discussões sobre a temática, na maioria das vezes, fica evidenciada certa dificuldade na compreensão desses conceitos, o que tem levado a um truncamento da possibilidade de um fazer pedagógico que não seja reducionista. Como consequência disso, tem-se uma confusão no uso dos dois conceitos, o que tem sido responsável pela negação ou pelo “esquecimento” de práticas pedagógicas que envolvam a sexualidade intencionalmente, numa perspectiva de transformação dos vieses repressores que estão norteando a compreensão sobre sexualidade nos diferentes espaços sociais. Dentre os espaços existentes, nesta disciplina, o foco são os espaços educativos formais e não formais.



Figura 1.1

Compreensão de Sexualidade

A compreensão de que sexualidade corresponde apenas ao sexo como sinônimo de ato sexual, no qual somente a questão da genitalidade é contemplada, na maioria das vezes, é amplamente consensual nesses espaços. O desvelar dessa compreensão trazida da constituição histórica de muitos de nós, no que diz respeito à temática em questão, torna-se fundamental para prosseguirmos na direção de um trabalho pedagógico destituído de mitos, tabus e preconceitos.

Assim, é possível afirmar que esse viés de compreensão acaba sendo determinante na inviabilização, por exemplo, de uma intervenção pedagógica na Educação Infantil, pois, ao se considerar que a sexualidade resume-se apenas ao ato sexual, parece ser um grande absurdo tratar da temática, o que significaria para muitos uma **motivação precoce**.



Sendo assim, este pode ser considerado como um dos grandes “nós” para as práticas pedagógicas intencionais no que diz respeito à sexualidade, principalmente uma sexualidade que possa ser vivida de forma serena, responsável e livre.

Para desconstruir essa compreensão, Nunes (1999, p. 1) aponta que “sexo é a marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana enquanto espécie animal”. Ao referir-se à sexualidade, o mesmo autor afirma que este é um conceito cultural, constituído pela qualidade, bem como pela significação do sexo e que somente a espécie humana ostenta uma sexualidade, uma qualidade cultural e significativa do sexo, ou seja, uma marca biológica. Sendo assim, é uma esfera que possui uma intencionalidade, portanto uma dimensão dinâmica, dialética, processual e histórica, por isso mutável.

Da mesma forma, Chauí (1991, p. 15) afirma que a “sexualidade não se reduz aos órgãos genitais (ainda que esses possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital”.

Vivências no trato com esta temática têm mostrado que, quando há uma **ressignificação desses conceitos**, há a possibilidade de atribuir-se um sentido emancipatório para questões inerentes à sexualidade. A compreensão de que esse aprendizado independe da faixa etária contribui

com um fazer pedagógico mais tranquilo, uma vez que fica claro que vivenciar a sexualidade não se trata necessariamente do ato sexual em si. Outra compreensão importante é a da necessidade de sensibilização da comunidade escolar para tais questões.

A partir dessas reflexões, a Educação Sexual é entendida como tema transversal sempre presente nos currículos de espaços educativos formais e não formais. Muitas vezes, não é possível perceber esse fato por ele estar velado no currículo oculto. Acompanhe, na seção seguinte, uma discussão a respeito de tema transversal e currículo escolar.



Figura 1.2 – Discussão na comunidade escolar

Seção 2

Educação Sexual: transversalidade e currículo

Objetivos de aprendizagem

- » Verificar a transversalidade da Educação Sexual no contexto educacional.
- » Compreender as interfaces curriculares da Educação Sexual em organizações educativas.

Espera-se que, com a reflexão feita na seção anterior, tenha ficado mais clara a compreensão dos significados de sexo e sexualidade. A partir de agora, a Educação Sexual será considerada sempre transversal. Isso porque é parte inseparável das relações humanas, e nunca como imposição de qualquer parâmetro ou proposta curricular, mas como reflexo da vida em suas demandas cotidianas, pois somos seres humanos que se educam sempre numa perspectiva transversal.



Em estudos por nós já realizados sobre Educação e sexualidade, verificamos a existência de vários conceitos sobre essa temática, expressos por estudiosos da área, sempre refletindo seus marcos referenciais, uma vez que, em nossas escolhas, não há neutralidade. Assim, nesta seção, vamos nos aprofundar sobre Educação Sexual, considerando nossas escolhas.

Quando falamos em Educação, logo fazemos relação com as ações do ato de ensinar e aprender. Tais ações não são tão simples, pois estão carregadas de um significado ideológico que corresponde, ou deveria corresponder, à teoria da aprendizagem, a qual, por sua vez, é adotada no espaço formal ou não formal de aprendizagem. Para melhor esclarecer tal afirmativa, recorre-se a algumas questões levantadas por Coppete (2011), ao pontuar que, nesse processo, é importante estar ciente de que as teorias que embasam os currículos são construções sociais que estão vinculadas às relações de poder. Portanto, revelam o pensamento de um determinado grupo de pessoas em um determinado momento histórico, social e cultural, e isso se reflete também no processo de Educação Sexual.

“Currículo é o fundamento de qualquer sistema de ensino. Ele se constitui de todo o conhecimento social disponível em nossa época que for selecionado e organizado, desde que se concretize naquilo que é vivido, sentido e aprendido pela pessoa que se educa”. (COPPETE, 2011, p. 22).

Estudos realizados sobre **currículo** mostram várias classificações sobre teorias que embasam o conhecimento nessa perspectiva. Portanto, quando se fala em Educação, cabe aos educadores verificar que tipo se quer para alunos/as e filhos/as, procurando saber quais fundamentos orientam o currículo vivenciado com eles, e/ou nos espaços educativos de atuação, a fim de se tomar um posicionamento crítico diante da questão.

Dessa forma, pode-se concluir que há várias maneiras de ensinar e aprender no trabalho educativo e, quando o assunto é Educação Sexual, a questão torna-se mais complexa. Isso porque pais e educadores, por mais incrível que possa parecer, ainda não estão preparados para ensinar e aprender sobre sexualidade numa perspectiva emancipatória, já que a temática ainda é envolvida por muitos preconceitos e tabus/mitos, consequentes de um processo construído social e historicamente.



Figura 1.3 – Tabus/Mitos

Nunes (1999, p. 14) contribui com essas reflexões ao colocar que a “educação sexual não é uma mera questão técnica, mas sim uma questão social, estrutural, histórica”. Nesse entendimento, o mesmo autor observa que:

Só é possível a Educação Sexual em uma perspectiva dupla: de um lado, crítica de todas as construções, significações, modelos históricos e sociais, que envolvem as proibições, os interditos e permissões; e, de outro, o pessoal, o afetivo, o existencial, que a educação tecnicista tende a sufocar num discurso objetivo e distante. Deve-se buscar o justo meio de transmitir esta contradição de maneira honesta e significativa. (NUNES, 1999, p. 18).

Frente ao que foi visto até agora, reflita um pouco sobre como acontece hoje o trabalho de Educação Sexual nos espaços formais e não formais de

aprendizagem: as escolas brasileiras estão planejando, em seus currículos, um espaço para um trabalho efetivo e intencional a respeito dessa temática?

Ainda há muitos vieses de entendimento a serem vencidos para que o educador possa dialogar de forma segura com seus alunos sobre essa tão importante questão. Na maioria das vezes, esse educador se sente inibido, inseguro e, até certo ponto, receoso diante das manifestações sexuais do discente. Essas reações ocorrem em decorrência de uma compreensão construída historicamente, que organiza esse tipo de saber direcionando-o, por exemplo, a tratados médicos nos quais a sexualidade é respaldada por esses discursos científicos. (FOUCAULT, 2003).

Nessa perspectiva, enquadra-se o educador que, nas formas de ensinar sobre sexo e sexualidade, busca estratégias e metodologias no chamado discurso médico-biológico que tem como alvo apenas a reprodução humana, entendendo cumprir, dessa maneira, a tarefa de controlar a sexualidade por meio dessas normas que estabelecem regras, impõem conceitos e a fragmentação no processo de ensino aprendizagem.

Em contrapartida a esta abordagem, na perspectiva emancipatória, busca-se, na fala de Melo e Pocovi (2011), o alerta de que somos todos educadores e educadoras sexuais uns dos outros, portanto estamos sempre educando e sendo educados também sexualmente.

Numa sala de aula, ou em qualquer outro espaço educativo, o(a) professor(a) educa sexualmente, quando, por exemplo, emite uma opinião sobre um assunto relativo à temática, pela maneira de se vestir, de agir e reagir, ou até mesmo ao se omitir sobre questões relativas à sexualidade nos diferentes momentos em que essas manifestações são explicitadas nos espaços educativos ou fora deles.

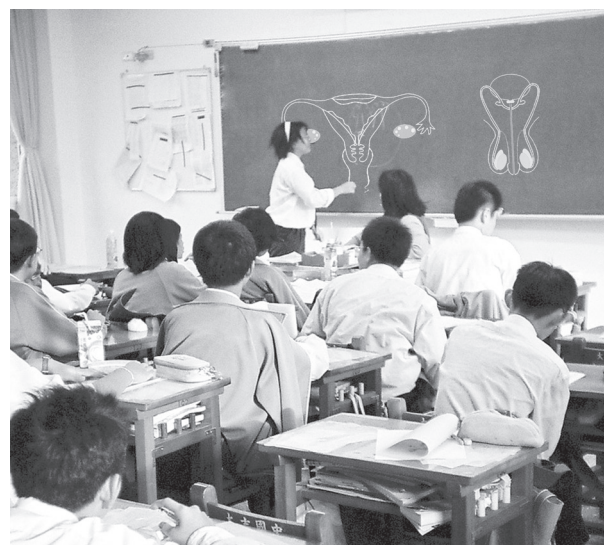


Figura 1.4 – Visão médico-biológica

Numa turma de 2º ano, a professora, ao organizar uma gincana, mandou fazer camisetas azuis para os meninos e camisetas cor de rosa para meninas e procurou atribuir funções mais leves para meninas e mais pesadas para os meninos, por achar que o sexo feminino é mais frágil.

Ao agir dessa forma, essa professora está educando sexualmente, à sua maneira, embora não explicitamente, mas revelando que pode ocorrer a interiorização/naturalização de certas condutas e formas de comportamento, conforme o sexo. (LOURO, 1997). Numa situação como essa, em qualquer espaço educativo, constata-se que a temática sexualidade **transversaliza** a ação educativa independentemente da intencionalidade ou do momento, o que impõe aos educadores a necessidade de compreender a vida como transversal.

Educação Sexual no Brasil

Verifique a seguir alguns pontos a respeito do contexto da Educação Sexual no Brasil, a partir do final do século XX e início do século XXI, na perspectiva de transversalidade.

Garcia (2002, p. 1) trata a questão da transversalidade relacionando-a, inclusive, com a interdisciplinaridade:

A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de se trabalhar o conhecimento que buscam uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento disciplinar. Com isso, busca-se conseguir uma visão mais ampla e adequada da realidade, que tantas vezes aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la, e não porque o seja em si mesma.

A mesma autora, ainda, alerta que:

[...] é necessário um estudo conjunto, por parte da escola, para definir como cada disciplina irá tratar os temas transversais e verificar se eles estão sendo suficientemente abordados. Isso não exclui, naturalmente, certa flexibilidade com o planejamento. Temas que têm tamanha relação com a vida, com o cotidiano, certamente aparecem nos momentos mais inesperados e o professor deve estar preparado para não desperdiçar ocasiões que muitas vezes são preciosas. (GARCIA, 2002, p. 3).

Você pode perceber a importância de compreender bem o conceito de transversalidade, o que contextualizará a sua utilização nas políticas educativas no Brasil. Acompanhe a seguir!

Em meados dos anos de 1990, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as instituições educacionais passam a ser

orientadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Esse documento, em sua apresentação, destaca que são:

[...] referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho. (BRASIL, 1997, p. 11).

Conforme já visto, os denominados temas transversais não são referentes a novas disciplinas ou novas áreas de conhecimento, mas objetivam que determinados conteúdos sejam incorporados (intencionalmente) nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

Esse modo de organizar o trabalho didático apresenta a possibilidade de aproximá-lo de um conceito emancipatório de transversalidade, já que tais temas correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. Logo, não devem ser trabalhados isoladamente, mas sim evidenciada sua presença permanente nos conteúdos das diversas disciplinas curriculares. Dessa forma, os temas transversais sugeridos pelos PCNs referem-se a temas relevantes, que estão presentes no nosso dia a dia. São eles:

- » Ética;
- » Saúde;
- » Meio Ambiente;
- » Orientação Sexual;
- » Trabalho e Consumo;
- » Pluralidade Cultural.

Assim sendo, “o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos”. (BRASIL, 1997, p. 24). Como somos todos seres sexuados e vivemos em constante processo de Educação Sexual, em um contexto escolar, o(a) professor(a) de qualquer disciplina todos os dias vive em ambiente sempre sexualizado, no qual se depara muitas vezes com manifestações sexuais explícitas de seus alunos e alunas, e não há como ignorá-las.



Figura 1.5 – Manifestações de sexualidade na escola

Professores e professoras podem e devem trabalhar intencionalmente com temáticas relativas à sexualidade, seja de maneira formal ou informal. Para isso, é importante que, antes, conheçam seu próprio processo de Educação Sexual e busquem informações que fujam do senso comum para que possam trabalhar numa perspectiva emancipatória. Essa perspectiva, também, com possibilidades de ser construída nas relações entre as pessoas, caracteriza-se por ser política, por combater preconceitos e discriminações, procurando desvelar o ser humano como alguém que sente prazer e que possui desejos, com valores construídos nas relações entre as pessoas, podendo, portanto, ser reconstruída.

Pode ser profundamente revolucionário e pedagógico mostrar que existem muitas maneiras de ver, que o que é considerado “normal” para um pode não se caracterizar como tal para outro. No processo dialógico, não raro, em depoimentos de alunos(as), revela-se uma compreensão da sexualidade preconceituosa, mas, após refletir com o educador sobre seu processo de Educação Sexual, pode mostrar em suas falas a possibilidade de pensar de outra maneira.



Perceba o quanto significa atuar nessa abordagem, para que os(as) alunos(as) possam ter possibilidades de uma Educação Sexual política, libertadora, ou seja, emancipatória.

Agora leia e reflita um pouco mais sobre o texto dos PCNs que abordam o tema Orientação Sexual. Lembre-se de que, na perspectiva emancipatória, opta-se por denominar de Educação Sexual!

A Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais

O que nos PCNs se denomina de Orientação Sexual e que propomos seja entendido como o processo de educação sexual sempre existente, na escola deve ser vivenciada também como um processo intencional de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade.

Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

O trabalho de Orientação Sexual visa a propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS, de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens.

Fonte: BRASIL (1997, p. 28)



Pensando a relação teoria/prática, como o(a) educador(a) poderá problematizar questões sobre sexualidade objetivando a reflexão sobre a possibilidade de reconstrução da compreensão existente sobre essa temática?

Paulo Freire (1971) já registrava ser importante o educador buscar uma educação libertadora, pautada pela dialogicidade, promovendo o ser humano, buscando compreender os discentes em suas múltiplas faces e, conseqüentemente, procurando estabelecer um processo de conscientização do educando, bem como transformá-lo em sujeito da sua própria história, ou seja, na direção da efetiva cidadania.

Diferentemente daquele adulto que não quer acreditar na existência de olhares diferentes do dele, nos adolescentes, pode surgir a esperança do novo, dando espaço para que possam reconhecerem-se no mundo como sujeitos de transformação. Isso mostra que não é possível para os educadores querer ditar para os educandos funções mecânicas da sexualidade, ou dividir o corpo de modo hierarquizado, restringindo o sexo aos genitais, à DST e

à reprodução. Daí a importância de procurar utilizar de uma importante ferramenta: **o diálogo**.

Dialogando, ocorre a aproximação dos educadores com seus alunos e suas alunas, dando a eles e a elas abertura para revelarem o que pensam e sentem de modo mais natural possível, sem amarras e nem constrangimentos. E como o diálogo, segundo Freire (1996), implica uma **práxis social**, aqui se representa o compromisso, como um dos interlocutores do processo dialógico, em abrir caminhos para se repensar questões referentes à sexualidade humana.

“Práxis pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão, levando a uma ação transformadora. Opõe-se às ideias de alienação e domesticação, gerando um processo de atuação consciente que conduza a um discurso sobre a realidade para modificar esta mesma realidade”. (ROSSATO, 2008, p. 331).

Para que se estabeleça um rico diálogo entre docentes e discentes, professores e professoras precisam conhecer a si mesmos, indo em busca de sua história e a da sociedade ao longo dos tempos, reconhecendo-se, também, como seres constituídos e constituintes dessa história. Todavia, sabe-se o quanto é difícil dialogar nessa perspectiva, e isso ocorre porque a maioria dos sujeitos não foram acostumados com essa prática em suas experiências cotidianas, mas sempre é hora de romper as barreiras e começar esse diálogo. Nele, faz-se necessário verificar o que os alunos e as alunas sabem, desejam e precisam saber.

Pode-se começar um diálogo com alunos sobre o tema por meio da leitura e debate de uma matéria jornalística. Observe o texto sugerido a seguir!

Educação sem medo da sensualidade

No dia 17, o ginecologista Dr. Calvino C. Fernandes escreveu defendendo a proposta de uma Educação Sexual voltada para a abstinência sexual dos jovens. Diante de tão comprometedor posição, como profissional que vem trabalhando na formação de educadores sexuais, na UEL, vejo-me no dever de mostrar a visão da grande maioria dos estudiosos da Educação Sexual.

Em primeiro lugar, precisamos nos perguntar o que pensamos da criança e do adolescente que vamos educar. Nós os vemos apenas como uma “Ferrari” aquecida pelos hormônios, ou como uma “esponja” sempre pronta a absorver atitudes, como diz Dr. Calvino em seus textos? Os professores vêm aprendendo que os alunos são capazes de construir conhecimento, de formar ideias e atitudes, e necessitam de educadores (e aqui também se incluem os pais) que criem as condições para que pensem, discutam e sejam ouvidos. Se usarmos o discurso da abstinência sexual, muitos adolescentes acabarão transando e a experiência vai ser acompanhada de angústia e de culpa e isso pode, muito provavelmente, contribuir para desajustes sexuais. Se lhe dizem que não pode fazer sexo, que é, enfim, moralmente condenado, o adolescente não vai prevenir-

se com responsabilidade, porque se prevenir significa estar preparando-se para um ato moralmente reprovável; é assumir-se estar sendo uma pessoa moralmente afetada.

É um grande risco e um desrespeito ditar regras aos jovens e isto já está superado na Educação. Não usamos a alternativa de dizer ao adolescente “faça o que for melhor para você”, como o médico pensa que os professores fazem. Muito além de dar aulas sobre biologia e fisiologia da sexualidade, é preciso ouvir os jovens e educar ajudando a trabalhar sentimentos e atitudes e a preservar os valores fundamentais como o amor, o respeito por si e pelo outro, a justiça, a igualdade e a liberdade. Assim, bem formado, eles podem tomar suas próprias decisões com responsabilidade. Por que temer a sensualidade, o erotismo? É oportuno o pensamento do Dr. Paulo Rennes M. Ribeiro:

[...] é perfeitamente possível denunciar a total ausência de valores éticos universais na formação dos indivíduos, a total ausência de respeito pelo outro, a égide do consumismo e do “levar vantagem a qualquer preço”. É isto que traz problemas para a sexualidade, não a erotização em si. A erotização é natural no ser humano, anima o corpo e a vida. As relações interpessoais é que estão materializadas, sem afetividade, sem amizade.

Fonte: Figueiró (2004)

Essa matéria vem corroborar de modo significativo a discussão acerca da importância do professor e da professora no processo de Educação Sexual de seus alunos, que são seres que têm seus desejos, seus anseios e querem viver sua sexualidade sem medos e nem traumas. Ela poderá ser levada para uma sala de aula com alunos adolescentes e ser debatida com eles a fim de que manifestem seus pontos de vista a respeito do assunto nela abordado. Dessa forma, o(a) educador(a) irá perceber as diferentes maneiras de pensar e agir dos alunos, proporcionando-lhes reflexões necessárias sobre comportamentos e atitudes sexuais, bem como sobre as abordagens contraditórias que possam surgir. Carvalho (2009, p. 5) relembra que esse diálogo deve ser contínuo durante todo processo educativo, pois:

[...] a educação sexual, na escola, é um processo de intervenção pedagógica que não deve ter por finalidade a formação de juízo de valores e a normalização das identidades sexuais e de gênero; nem sequer ser direcionado por um único entendimento, seja ele biológico, religioso ou subjetivo. Deve ser uma ação coletiva, transdisciplinar e problematizadora das representações e significados sociais sobre assuntos como a construção da corporeidade, a construção da identidade de gênero, famílias, masturbação, responsabilidades, relações sexuais, violência, tolerância, respeito, diversidade, papéis sociais de mulheres e homens, adolescência, comportamentos de riscos, DST, religiosidade (que é diferente de religião, no seu sentido institucional), valores, dignidade, respeito etc.

Como afirmado anteriormente, os PCNs dão aos educadores subsídios para que sejam criados Projetos de Educação Sexual calcados na existência da transversalidade. Dessa forma, a comunidade educativa deverá debater, questionar e desvelar os explícitos e implícitos sobre sexualidade em seu currículo, ou seja, o que está claro e o que está oculto, partindo daí para refazer esses caminhos. Sabe-se que, tratando-se da temática sexualidade, o currículo escolar oculta valores e conceitos que são percebidos por meio de atitudes e comportamentos de diretores, docentes, equipe administrativa e demais atores dos espaços educativos.

É muito comum escutar depoimentos de professores e professoras que se posicionam contrários a estabelecer diálogos sobre sexualidade com os alunos, seja por princípios religiosos ou por não se sentirem seguros para tratar intencionalmente dessas questões, muitas vezes achando que cabe somente à família ser a educadora sexual de seus filhos e vice-versa. Por essa razão, quase sempre, os esclarecimentos e as conversas sobre sexualidade nos espaços escolares ficam restritos aos professores de Biologia e de Ciências. Cabe a eles, quer queiram ou não, a responsabilidade de falar sobre o corpo, sexo, gênero, papéis sexuais e outras temáticas relativas à sexualidade do ser humano em suas aulas, e, quase sempre, há o predomínio do discurso biológico, como única estratégia pedagógica para se abordar sexualidade.

Sobre essa responsabilização, Santos (2011), em sua pesquisa de doutorado, mostra outra configuração, na qual as pessoas responsáveis passam a ser quem vai estudar sobre a temática. No Brasil, especialmente em Santa Catarina, as(os) pedagogas(os) acabam sendo os responsáveis por essa tarefa e, em Lisboa–Portugal, são biólogas(os).

Relações de gênero na escola

Outro exemplo de ação que revela o ocultamento de uma Educação Sexual muito presente na Educação Básica refere-se às relações de gênero. Não há nenhum documento que diga que as atividades esportivas devem ser diferenciadas para meninos e meninas, nem que as filas para entrar nas salas sejam separadas pelo sexo, porém é muito comum que aconteçam tais fatos nas escolas.



Figura 1.6

Constata-se que a não inclusão da temática da Educação Sexual intencional no processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma Instituição Escolar contribui para que seja fortalecida a relação de poder que desumaniza a sexualidade e mantém o ser humano submisso à norma dominante. Sob essa perspectiva, Nunes (1996, p. 209-210) afirma que:

[...] as disciplinas marcam as esferas da fala sobre o sexo tanto quanto as esferas do agir e do sentir. Os discursos normativos, as práticas de Educação Sexual marcadas pela concepção médico-biologista, as interpretações de ordem terapêutico-descompressiva, calcadas na Psicologia, todas essas formas entrelaçam códigos disciplinares que visam exigir respostas satisfatórias dos alunos e objetos de uma suposta intervenção pedagógica neutra. [...] A compreensão desses limites não deve produzir uma capitulação mórbida e determinista, mas desafiar para novas formas de ciência, que deem conta da realidade, e novas formas de poder que venham a transformá-la. Reconhecer que na sexualidade se constroem as subjetividades humanas mais sagradas não significa aceitar o vulgarizado conceito de individuação, ou ainda, seu reducionismo individualista.

Outro complicador do trabalho nessa direção emancipatória brota do fato de que muitos professores e professoras esquecem que a Escola brasileira é **laica** e que o entendimento da sexualidade deve caminhar necessariamente nessa direção.



Diante de tais evidências, há a necessidade de que os profissionais da Educação Básica e Superior busquem compreender a sexualidade com temática transversal a ser desvelada em suas possibilidades emancipatórias.

Laico(a): não possui religião definida, respeita qualquer credo religioso.

Respeitadas as diversidades de opiniões, de valores e de posturas, de toda comunidade educativa nessa questão, há necessidade, inicialmente, de se fazer um diagnóstico dessas diferentes maneiras de compreender a temática. Em seguida, há que se propor um amplo trabalho reflexivo sobre Educação Sexual, objetivando que todos os envolvidos procurem observar a construção de sua própria sexualidade e, dessa forma, possam educar e serem educados de forma crítica e reflexiva, desconstruindo verdades preestabelecidas e buscando o direito de exercer sua cidadania. Conforme Goldberg (1988, p. 155), a Educação Sexual é:

[...] um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade.

Diante de tal contexto, um exemplo para se iniciar um diálogo com a equipe de professores e demais membros de uma escola a respeito de como trabalhar com Educação e Sexualidade pode ser a realização de uma oficina pedagógica com o uso da **Declaração de Direitos Sexuais** como **Direitos Humanos Universais**.



O importante é que tais projetos atendam a todas as séries, independentemente da faixa etária, desde que adequados, pois, como seres sexuados, crianças e adolescentes manifestam-se sexualmente diariamente por meio de diferentes linguagens: corporal, textual, gestual, musical etc.

Os valores que os alunos e alunas possuem sobre sexualidade foram adquiridos no contexto familiar e, também, por meio das mídias, portanto, como educadores(as), pode-se e se deve incentivar a busca de novos valores no trato da sexualidade. Esses valores devem estimular posturas críticas e reflexivas na direção do reconhecimento da beleza de sermos humanos maravilhosamente sexuados. Nessa direção, Mello (2005, p. 57) reforça o que foi pontuado até aqui:

Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem daquilo que não domina a constituição de significados que não compreende e nem a autonomia que não pôde construir.

Assim, tudo que foi pontuado até aqui lhe ajudará a compreender melhor a presença da sexualidade em todos os contextos e momentos da vida social. Os conhecimentos e reflexões trazidas neste capítulo podem lhe auxiliar em sua atuação pedagógica, pois revelam a importância de atos intencionais em Educação que levem em consideração essa dimensão humana.

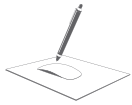
Síntese do capítulo



Nesse capítulo, você teve a oportunidade de estudar e refletir sobre:

- » a compreensão da diferença entre os conceitos de sexo e sexualidade, identificando que o conceito de sexo refere-se ao biológico e o conceito de sexualidade explicita a dimensão humana que abrange desejos, afeto, sentimento, valores, orientação sexual.
- » ser fundamental essa compreensão para prosseguir na direção de um trabalho pedagógico intencional de Educação Sexual na perspectiva emancipatória.
- » ressaltar que essa compreensão é necessária e importante, pois possibilita ao educador provocar uma sensibilização da comunidade escolar em que atua para olhar para Educação Sexual de forma emancipadora.
- » a importância do diálogo no processo de Educação Sexual e suas interfaces curriculares em organizações educativas.
- » o entendimento de que a Educação Sexual é sempre transversal, porque é parte inseparável das relações humanas, e nunca como imposição de qualquer parâmetro ou proposta curricular, mas como reflexo da vida que, em suas demandas cotidianas, é transversal.
- » a importância de se incluir um Projeto de Educação Sexual intencional no currículo escolar, pois as teorias que embasam os currículos são construções sociais que estão vinculadas às relações de poder e que, portanto, revelam o pensamento de um determinado grupo de pessoas em um determinado momento histórico, social e cultural, e isso se reflete também no processo de Educação Sexual.
- » as atitudes e os comportamentos das pessoas que compõem a equipe de uma escola, em relação à sexualidade, que fazem parte do chamado currículo oculto.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:



Atividades de aprendizagem

1. Faça a seguinte pergunta a professores(as), orientadores(as), diretores(as), assistentes técnicos pedagógicos, assistentes de educação, serventes e alunos(as) de uma escola: **qual a sua compreensão sobre sexo e sexualidade?**

Registre a seguir uma síntese das respostas obtidas e construa uma reflexão sobre elas, com base nos estudos feitos até agora e procurando responder a pergunta:

Afinal, por que ainda ficamos inibidos para falar sobre a temática sexualidade?

2. A partir das respostas obtidas na questão anterior, registre como você compreende que isso se reflete no currículo em que a Educação Sexual é entendida como tema transversal.

Aprenda mais...



A seguir você encontra algumas indicações de obras interessantes que contemplam os estudos desse capítulo, sendo elas:

COPETTE, M. C. **Currículo**. Caderno Pedagógico. 2. ed. Florianópolis: UDESC/DIOESC, 2011.

FIGUEIRÓ, M. N. (org). **Educação Sexual**: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

MELO, S. M. M. de; POCOVI, R. M. de S. **Educação e sexualidade**. Caderno Pedagógico I. Florianópolis: UDESC, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

2

Educação Sexual: interfaces curriculares na construção do Projeto Político Pedagógico

Neste capítulo, o convite é para que você aprofunde seus estudos numa perspectiva emancipatória de Educação Sexual e suas interfaces curriculares em instituições educativas formais e não formais, conhecendo um pouco mais sobre a abordagem de Educação Sexual da qual se vem falando. Para continuidade dos estudos, torna-se imprescindível compreender as interfaces curriculares da Educação Sexual com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Objetivo geral de aprendizagem

- » Conhecer as possibilidades de uma Educação Sexual intencional, numa perspectiva emancipatória, e suas interfaces curriculares em instituições educativas formais e não formais com vistas à elaboração de um Projeto Político Pedagógico.

Seções de estudo

Projeto
é uma ação intencional
definida coletivamente.

Seção 1 – De que Educação Sexual estamos falando?
educar é um ato político.

Seção 2 – Educação Sexual e Projeto Político Pedagógico na escola: onde estão as interfaces curriculares?

Pedagógico
é a construção e a sistematização
de práticas que se viabilizam por meio da ação
pedagógica.



Você encontrará, neste capítulo, subsídios para que compreenda uma proposta de Educação Sexual intencional pautada em um paradigma emancipatório. Trata-se de uma Educação Sexual intencional devido ao entendimento de que somos todos sujeitos sexuados e que sempre estamos e estaremos educando sexualmente uns aos outros. A diferença, em relação às abordagens repressoras, ocorre quando se toma consciência da Educação Sexual que se vivencia e se passa a pensar nas ações pedagógicas, sendo sabedores(as) da Educação Sexual que se realizam a todo o momento. Isso acontece também quando se passa a planejar projetos e ações intencionais nessa abordagem, em espaços educativos formais e não formais, nos quais se está inserido(a). A compreensão dessas interfaces entre currículo e Educação Sexual, especialmente no currículo escolar, foco dos estudos até agora, é fundamental também na reflexão sobre o que ocorre no Projeto Político Pedagógico (PPP). Há que ressaltar a importância de, intencionalmente, ser incluída a temática da Educação Sexual, na perspectiva emancipatória, nas estratégias de elaboração do PPP. Portanto, essas interfaces, nesses espaços educativos, serão uma das tarefas da reflexão ao estudar este capítulo.

Seção 1

De que Educação Sexual estamos falando?

Objetivo de aprendizagem

- » Compreender as possibilidades da abordagem de Educação Sexual intencional numa perspectiva emancipatória.

Existe um questionamento muito presente nos espaços educativos referentes à temática tratada nesta disciplina.



Por que Educação Sexual e não Orientação Sexual?

Há mais de 20 anos, na Universidade do Estado de Santa Catarina, adota-se a expressão Educação Sexual. Para tal, busca-se auxílio em Goldberg (1988, p. 11), que afirma:

Duas são as maneiras de responder à pergunta “O que é Educação Sexual?”. A primeira é a que chamo de **intelectual**, preocupada, sobretudo com a precisão de conceitos e com a clareza de definições. A outra é a que apelidei de **combativa**, na falta de nome mais significativo: ela procura mostrar que o fundamental é **participar** das lutas que se travam hoje, no Brasil e no mundo, pela transformação dos padrões de relacionamento sexual.

A Educação, como você deve saber, é um processo que acontece para além do espaço da escola formal, pois, segundo Paulo Freire (1981, p. 81), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens [e as mulheres] se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Nós nos educamos uns aos outros, porque vivemos em sociedade, porque aprendemos e apreendemos o mundo a partir dessas relações.



Eleger o termo Educação Sexual, para os autores, é optar pela compreensão de Educação enquanto um processo que é **relacional**, é poder oferecer aos educandos e às educandas o papel de cidadania na aprendizagem a respeito da dimensão da sua sexualidade, é também considerar que a Educação Sexual é algo que acontece sempre ao longo da vida de todos nós, sujeitos sexuados.

No Brasil, os PCNs trazem, em seus temas transversais, como já foi visto, a Orientação Sexual como um dos temas cujo objetivo é “contribuir para que alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.” (BRASIL, 1997, p. 133). O texto do volume 8 deste documento norteador, que se dedica a esse tema, discorre sobre a forma que a escola deve trabalhar suas questões, salvaguardando o espaço destinado às famílias. Nesse sentido, apresenta que:

[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. [Sendo que o trabalho realizado pela escola não vai substituir nem concorrer com a responsabilidade que é destinada à família, constitui] um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1997, p. 121).

Entende-se que os PCNs preconizam sobre a temática lá denominada de orientação sexual e que esta faz parte de um processo que perpassa toda a vida de uma pessoa. Por isso, aqui, apresenta-se uma escolha político-

pedagógica do uso do termo Educação Sexual, na compreensão de que essa denominação atende melhor a esse entendimento emancipatório de processo.



O uso do termo orientação sexual neste material será para definir como a pessoa adulta coloca o seu desejo sexual, ou seja, como uma pessoa se sente “preferencialmente” atraída fisicamente e/ou emocionalmente por outra independentemente de sua marca biológica. Nesses casos, pode-se dizer que o termo orientação sexual é também considerado e usado atualmente em substituição às formas equivocadas “opção sexual” ou “preferência sexual”.

Reforçando a escolha por Educação Sexual para nomear o tema transversal, registra-se que o uso desse termo amplia a compreensão da complexidade que envolve um processo educativo que tem como referência uma proposta de Educação Sexual pautada em um paradigma **emancipatório**.

O termo reforça o entendimento de que nunca estamos afastados da tarefa da Educação Sexual. No entanto, realizá-la de maneira consciente e com clareza de objetivos é o desafio de todo e qualquer educador e educadora no espaço escolar.

A sexualidade emancipatória é aquela que dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesse sentido, a sexualidade emancipatória tem como conceito fundamental a liberdade. Liberdade de tomada de decisões e ações com responsabilidade e respeito ao outro. Aqui, convém ressaltar, responsabilidade, por sua vez, implica cumplicidade.

A proposição do termo Educação Sexual explicita ser esta também uma luta política, o que faz refletir sobre algumas armadilhas que precisam ser evitadas, tais como aquela “que reflete a quantidade de informações veiculadas nas mídias” (GOLDBERG, 1988, p. 93), tendo como desculpa de que a temática já está amplamente contemplada, eximindo os responsáveis pela Educação do diálogo pertinente a ela.

Para vivenciar a Educação Sexual como luta, é preciso estar convencido(a) de que os problemas da sexualidade refletem a sociedade da qual somos parte. Tem, na sociedade, “seu ponto de partida e de chegada, isto é, nela tem suas raízes e sobre ela produz seus efeitos.” (GOLDBERG, 1988, p. 82).

Santos (2002), em diálogo com Nunes (1996), observa que o termo emancipatório utilizado por esse autor supõe uma profunda reflexão sobre a sexualidade, de modo a elucidar contradições históricas, discutir suas bases antropológicas, investigar suas matrizes sociológicas e identificar suas configurações políticas.

Cabral também nos auxilia na compreensão dessa abordagem de Educação Sexual, colocando que:

Educar o outro é fundar a ação pedagógica na reflexão acerca da própria educação. Ou seja, o educador ao se apropriar do conhecimento passa por um processo de autotransformação, o que possibilita a produção e transmissão de novos conhecimentos. Assim, a transformação mais global se iniciará com o gesto, a palavra, a alegria, o afeto, a solidariedade e com o conhecimento científico, como um processo contínuo e questionador das relações amorosas, afetivas, conjugais e sexuais do passado e do presente. (CABRAL, 1995, p. 153).

Assim, é importante o diálogo sobre questões relacionadas a uma proposta de Educação Sexual intencional numa perspectiva emancipatória para o contexto escolar, portanto, deve fazer parte dos planejamentos. Acompanhe a seguir, no exemplo apresentado, alguns pontos que devem ser levados em consideração no momento de sua abordagem.

Figura 2.1



Reflexão crítica em sala de aula

Um(a) educador(a) levanta uma discussão em sala de aula sobre o aborto. Posicionar-se de maneira parcial, ou seja, o que ele(a) acha e defende sobre o aborto, oriundo de

seus valores de família ou de orientação religiosa, não pode e não deve ser colocada aos(as) alunos(as). Ao contrário, esse(a) educador(a) deve conversar com sua turma, mostrando-lhes o que a legislação do país dispõe sobre o tema, bem como poderá apresentar-lhes como outros países tratam a questão, quais são as consequências de abortos feitos em condições clandestinas, quais são os conhecimentos científicos existentes sobre a temática. Enfim, deve disponibilizar ao grupo elementos que possam subsidiar uma reflexão crítica, auxiliando-os(as) na produção de novos conhecimentos.

Portanto, nesta abordagem, você é convidado a continuar sua reflexão a respeito das possibilidades de pensar, coletivamente, propostas de Educação Sexual intencional pautada em um paradigma emancipatório. Nesse convite, está incluso, também, o desafio para um compromisso de construção individual e coletiva de trajetórias expressas por posturas cotidianas que fortaleçam políticas pedagógicas intencionais na direção da

emancipação do ser humano, ser este sempre sexuado. Freire (1997) nos tranquiliza nessa caminhada quando afirma que:

A educação sexual não leva à promiscuidade. O que poderia fazer essa imensa promiscuidade, esse descompasso, seria, e é, exatamente a falta de educação sexual, a falta de informação da sexualidade... . Quer dizer, é óbvio para mim, que no momento em que você, num trabalho sério crítico, sobre sexualidade, desafia o jovem a pensar entorno do seu corpo, [...]. Ele descobre o corpo com o mundo o corpo com os outros. Então, de maneira nenhuma a informação sexual filosoficamente posta, cientificamente posta, pode levar a um descompasso. O que leva ao descompasso é a falsa compreensão, é a compreensão do corpo que se esconde no esconderijo para não desvelar nunca o corpo. Quer dizer, é o esconderijo do corpo o que leva o corpo não à curiosidade, mas à perda dele mesmo. (Salto para o Futuro em 16/08/1997).

Trabalha neste sentido todo educador(a) que tiver sempre presente, em sua prática cotidiana, que o ser humano é uno, com sua corporeidade entendida como unidade de existência e, portanto, entendendo ser a dimensão da sexualidade parte indissociável da vida humana.

Na perspectiva de dar continuidade a essas reflexões, a seguir você acompanhará um diálogo sobre essa Educação sempre sexuada proposta. Nele, serão desvendadas e apresentadas importantes interfaces da Educação Sexual com o Projeto Político Pedagógico das escolas.

Seção 2

Educação Sexual e Projeto Político Pedagógico na escola: onde estão as interfaces curriculares?

Objetivos de Aprendizagem

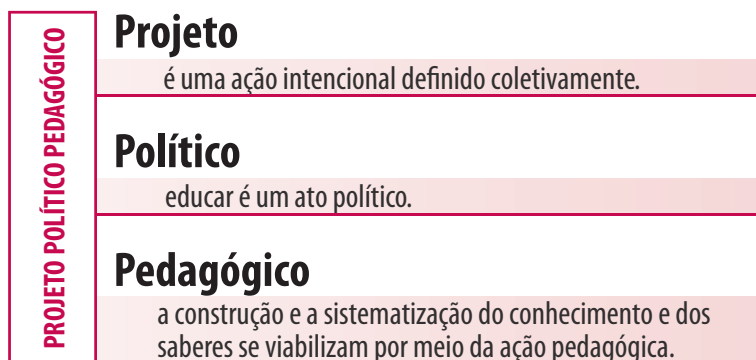
- » Relacionar a Educação Sexual com o Projeto Político Pedagógico na escola.
- » Compreender as interfaces curriculares e suas contribuições para a construção do Projeto Político Pedagógico nas instituições educativas formais e não formais.

Como você pode identificar na seção anterior, um processo educativo comprometido com uma Educação Sexual intencional emancipatória pressupõe escolhas, sendo elas:

- » **política**, porque toda ação humana é política;
- » **pedagógica**, porque a ação ensino-aprendizagem é pedagógica.

Nesse caso, um projeto de Educação Sexual intencional, que sabe de onde parte, por onde transitará e aonde quer chegar pressupõe uma marca política e pedagógica explícita, portanto um Projeto Político Pedagógico com essas marcas.

Diante disso, podemos dizer que toda ação educativa que acontece nas instituições formais ou não formais estão expressas num PPP, seja esse impresso ou não (nesse caso, seria um PPP “oculto”). Em suas reflexões, Maciel (2011, p. 56) coloca que os elementos constituintes do PPP são:



Esquema 2.1 – Elementos do PPP

Durante as trajetórias de formação inicial e continuada já vivenciadas, foi possível identificar que as instituições escolares têm sempre as ações das suas comunidades educativas, saibam ou não, percebam ou não, ancoradas num PPP.



Muitas vezes, mesmo quando existem documentos oficiais registrando esse projeto, podem acabar dentro de gavetas das secretarias das escolas, como mera questão de formalidade, e não como um documento vivo, produzido coletivamente e que deve nortear todas as ações ali vivenciadas.

Maciel (2011, p. 59) nos esclarece que o PPP “é um instrumento de intervenção na realidade educacional, constituindo-se como proposta para transformar e superar as concepções que desvinculam a prática dos professores e da escola do contexto social”, tornando-o um instrumento dinâmico que não deve ser elaborado apenas para se cumprir uma formalidade nesses espaços educativos. Torna-se importante ressaltar que toda essa proposta para o PPP é sempre uma proposta sexuada. Não se esqueça disso!

Essa autora ressalta que o PPP precisa ser entendido como um processo contínuo, que nasce do coletivo, sempre em movimento, renovando-se e se refazendo na organização do trabalho pedagógico. Diante disso, há que se ter presente que:

[...] concretizar um projeto político-pedagógico implica principalmente em autonomia, [...]. Significa uma busca de identidade que defina e torne claro o principal papel a que se propõe enquanto uma instituição educacional. A autonomia implica também em responsabilidade e comprometimento com as instituições que representam a comunidade (associações de pais e mestres, grêmios estudantis, conselhos de escola, entre outras), para que haja participação e compromisso de todos. (MACIEL, 2011, p. 57).

Nessa abordagem, estará colaborando na construção de um PPP emancipatório o educador(a) que auxiliar os(as) discentes a se organizarem coletivamente na formação de um grêmio estudantil. Também poderá o(a) docente trabalhar participativamente no conselho da escola, propondo temáticas que avancem na construção de um currículo mais democrático.



Figura 2.2 – Elaboração do PPP

Considerando as reflexões anteriores, pode-se afirmar que todo PPP deve ser elaborado a partir de um diálogo, sempre sexuada, justamente para contemplar a realidade educacional na qual a escola se encontra inserida. Há que se levar em consideração a transversalidade, também da Educação Sexual, como componente real em nossas vidas, portanto, sempre presente e expressa nos espaços educativos, por meio dos currículos, conforme já apontado.

A Educação Sexual nos PCNs é um dos temas transversais e, neles, recebe a denominação de orientação sexual, como explicitado anteriormente. Isso implica reafirmar,

constantemente, que, em todo processo educativo, está presente a dimensão da sexualidade. Dessa forma, a Educação Sexual é entendida como processual, ou seja, aquela que sempre acontece nas diferentes relações na medida em que somos todos(as) sexuados(as).

Há que pensar nesta Educação ou “Deseducação Sexual” que acontece na realidade. Essa temática não pode ficar velada, à margem do que acontece nos espaços educativos, devendo fazer parte consciente do diálogo necessário para a elaboração do PPP, assim como da sua execução.

Refletir criticamente sobre a Educação Sexual e suas interfaces curriculares é também reconhecer que a temática da sexualidade e da Educação Sexual precisa ser abordada intencionalmente em todas as organizações educativas. Esse desvelamento crítico é que permite identificar muitas interfaces curriculares entre Educação Sexual e PPP, possibilitando que se avance na elaboração de projetos que realmente expressem um PPP comprometido com a transformação que, na maioria das vezes, está posto como objetivo da escola.



Figura 2.3 – PPP: documento norteador

Nesse momento, ao finalizar o capítulo, pode-se recorrer a Paulo Freire para endossar a intenção de lutar por uma escola mais humana e, também, necessariamente comprometida com uma Educação Sexual emancipadora.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se cria, em que se fala, em que se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. (FREIRE, 2000b, p. 104).

No próximo capítulo você é convidado a refletir sobre a elaboração de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas, como um documento vivo, que valorize ações participativas e respeite a diversidade sociopolítica de cada comunidade. Portanto, como apontado por Goldberg (1988), projetos que contribuam para transformação da escola e para o exercício da cidadania.

Nesse capítulo, você teve a oportunidade de estudar e refletir sobre:



Síntese do capítulo

- » uma Educação Sexual intencional numa perspectiva emancipatória, baseada na compreensão de que somos sujeitos sexuados e que sempre estamos e estaremos educando sexualmente uns aos outros.
- » a importância de termos consciência da Educação Sexual que realizamos a todo o momento e que se reflete em nossas ações.
- » a importância do planejamento de projetos e ações intencionais nessa abordagem nos espaços educativos formais e não formais nos quais estamos inseridos(as).
- » a necessidade de se ressaltar a importância de, intencionalmente, incluirmos a temática da Educação Sexual nas estratégias de elaboração do PPP, numa perspectiva emancipatória.
- » o fato de que todo PPP deve ser elaborado a partir de um diálogo, sempre sexuado, justamente para contemplar a realidade educacional na qual a escola se encontra inserida.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:

Atividades de aprendizagem



1. Relembre vivências que você teve como aluno(a) ou docente e que, no seu entendimento, refletem algumas interfaces curriculares existentes entre PPP e a temática transversal da Educação Sexual. Registre suas lembranças a seguir.

2. Escolha uma das vivências lembradas na atividade anterior e sugira, a partir dos estudos feitos neste capítulo, como ela poderia ser hoje trabalhada numa perspectiva de Educação Sexual emancipatória.



Aprenda mais...

Algumas obras interessantes que aprofundam os estudos deste capítulo são:

MELO, S. M. M. de. **Corpos no espelho**: a percepção da corporeidade em professoras. Campinas: Mercado de Letras; Florianópolis: Ed. da UDESC, 2004.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: retomando uma proposta um desafio. 3 ed. rev. Londrina: Eduel, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SILVA, E. A. **Filosofia, educação e educação sexual**: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 2001.

Produção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas

Elaborar projetos intencionais de Educação Sexual, numa perspectiva emancipatória, em organizações educativas formais e não formais, pode contribuir de forma significativa para a compreensão da presença dessa dimensão em toda ação humana. Deve-se considerar que há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas e esse deve ser explicitado no Projeto Político Pedagógico das instituições educativas.

Objetivo geral de aprendizagem

- » Compreender a importância de elaborar um projeto intencional de Educação Sexual para organizações educativas formais e não formais numa perspectiva emancipatória.

Seções de estudo

Seção 1 – Há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas

Seção 2 – Etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais



Como ficou evidenciado nos estudos realizados até agora, a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano. Portanto, os seres humanos, sempre sexuados, estão em permanente processo de Educação com os outros seres no mundo, processo este também sempre de Educação Sexual. Somos, portanto, queiramos ou não, saibamos ou não, educadores sexuais uns dos outros. Nesta relação, deve-se lembrar que, na caminhada da vida, vamos construindo o nosso currículo, sempre transversal, pois a vida é transversal. A proposta deste capítulo é subsidiar sua formação pedagógica de modo que você possa contribuir em seu espaço educativo na produção de projetos intencionais de Educação Sexual numa perspectiva emancipatória. As seções apontam para a seguinte afirmação: há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas, que se refletem inclusive nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais.

Seção 1

Há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas

Objetivo de aprendizagem

- » Compreender que há sempre um processo de Educação Sexual em nossas práticas pedagógicas.

Como já estudado, a perspectiva de Educação Sexual adotada parte da compreensão de que, como sujeitos sexuados no mundo, não nos relacionamos uns com os outros sem que a nossa sexualidade esteja presente. Desta forma, aqui você encontrará um recorte, retomando os estudos feitos sobre as vertentes pedagógicas expressas nas práticas pedagógicas reforçando que há sempre um processo de Educação Sexual em nosso cotidiano. Nos estudos, a referência escolhida sobre as vertentes é a denominação apresentada por Nunes (1996). Estas são entendidas como expressão pedagógica de paradigmas de Educação Sexual. Acompanhe a seguir a síntese das vertentes do referencial escolhido, adaptada de Carvalho (2009, p. 42-54).



Esquema 3.1 - Vertentes pedagógicas

Observe que as quatro primeiras vertentes apresentadas apontam para fortes marcas de **repressão da sexualidade** que se refletem no processo de Educação Sexual existente entre os seres humanos. A quinta vertente, já intuída e delineada pelos seres humanos, surge apontando para a possibilidade de **emancipação**.

Este contexto macro, expresso pelas vertentes, repete-se em todas as instâncias do cotidiano, no espaço escolar ou em qualquer organização educativa não formal. Assim, da mesma maneira que existe um Projeto Político Pedagógico na vida, na escola, ele é fundamental e sempre existente, mesmo que oculto. Esse entendimento é decisivo na busca de emancipação, desde que o PPP seja construído de forma consciente, intencional, coletiva e democrática pela comunidade educativa.



Lembre-se de que esse projeto é sempre transversalizado pela temática da Educação Sexual, como visto até agora.

Apesar da força dessas vertentes, percebe-se que muitos educadores e educadoras supõem, de maneira equivocada, que não educam sexualmente, na medida em que não elaboram ou não participam de projetos intencionais de Educação Sexual em suas escolas e nem mesmo incluem a temática em seus planejamentos cotidianos. Esses(as) docentes podem esquecer, na maioria das vezes, que seus alunos e alunas, assim como eles próprios, são sujeitos sexuados e, como tal, a sexualidade está presente no espaço educativo. Mesmo que seja silenciada, ou que nem seja percebida, não há como negá-la em todas as instâncias da vida.

É possível afirmar que a Educação Sexual de qualquer indivíduo tem início na família, acrescentando que a sociedade, e nela a cultura na qual estão inseridos(as), também colabora com esse processo, assim como todos os demais espaços de Educação no qual se realiza a formação escolar. Veja como Silva (2001, p. 269) explicita o papel das instituições **família** e **escola** no desenvolvimento dos sujeitos.

Com referência à base dos valores e formação da cultura social, não há como retirar esta responsabilidade familiar, uma vez que é este o primeiro ambiente social da criança. A educação, entendida como doméstica, acontece na família, mesmo que esta não tenha clareza nem domínio deste processo. Os aspectos afetivos, a expressão dos sentimentos e necessidades, a alteridade, a primeira socialização entre outros são dispositivos relativos singularmente a este espaço. [...] A educação material e simbólica começa na família e deverá ser mais tarde ampliada pela escola, resguardando os limites de cada um destes universos. A educação escolar fundamentada em elementos científicos é parte importante da formação dos indivíduos colaborando para a preparação para os embates da vida. Se considerarmos que a educação é o veículo para a ampliação das capacidades e dimensões humanas, é óbvia a necessidade da educação sexual escolar. Não é

possível educar para desenvolver e ampliar as dimensões humanas, sentido pleno da educação, deixando de contemplar a sexualidade. A educação estaria incompleta.

A mesma autora referenda a necessidade de abordar, de modo consciente e intencional, a temática da sexualidade nos espaços educativos, aí entendida também a família, sob pena de realizar uma Educação incompleta.



Como já apontado anteriormente, não “nos separamos” da dimensão da sexualidade e de um permanente processo de Educação Sexual, mas seguimos vivendo no cotidiano dos espaços educativos formais e não formais na ilusão de que não estamos educando sexualmente.

Na realidade, sempre se é educador e educadora sexual uns dos outros, na medida em que se é sujeito sexuado em um mundo sexualizado. O que comumente acontece é não ter consciência da Educação Sexual que recebe e que realiza. Nessa perspectiva, a forma como você acolhe as manifestações da sexualidade de uma criança na escola indica sua compreensão de Educação Sexual e pode reforçar uma maneira compreensiva dessa dimensão, ou ainda numa abordagem repressora, reforçando o que Bernardi (1985) convencionou chamar de **Deseducação Sexual**.

Para que se possa construir, na escola, um processo para a efetivação de uma Educação Sexual consciente e intencional, com vistas à emancipação, precisa-se retomar os indicadores dessa tal de Educação Sexual emancipatória, tantas vezes citadas na leitura desse material didático. Dessa forma, torna-se possível incluí-los na elaboração das intervenções pedagógicas, se assim for entendida como possibilidade **política, ética e estética**. Silva (2001, p. 273) propõe:

[...] a determinação de assumirmos a concepção emancipatória da sexualidade e sua abordagem curricular e institucional na escola. A concepção emancipatória, deverá, portanto, ser científica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre. A crítica histórica dos papéis sexuais nos permite dizer que só é possível criar uma concepção ampla da sexualidade nas crianças e jovens, por aqueles que acreditam na liberdade.

Convidá-los e convidá-las a se aproximarem da temática da sexualidade entendendo o seu valor na formação de pessoas mais humanas e comprometidas com essa dimensão da vida é a tarefa da disciplina **Educação Sexual: interfaces curriculares**. Certamente, o diálogo, como já mencionado, fará parte das intervenções educativas nesse campo de estudos, pois ele auxiliará na aproximação dos educandos e educandas na construção de uma prática de Educação Sexual que favoreça a autonomia. Gadotti (1999, p. 2) esclarece que:

[...] para por o diálogo em prática, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber, deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o analfabeto não é um homem perdido, fora da realidade, mas alguém que tem toda uma experiência de vida e por isso também é portador de um saber.

Na seção seguinte, você estudará alguns dos indicadores básicos para apoiar a efetivação de projetos intencionais que abordem a Educação Sexual numa perspectiva emancipatória.

Seção 2

Etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais

Objetivos de aprendizagem

- » Compreender os vários indicadores pedagógicos necessários nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais.
- » Conhecer alguns exercícios práticos passíveis de serem realizados em cotidianos educativos para sensibilização das comunidades sobre a necessidade de construção de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória.

Os espaços educativos formais e não formais são constituídos por grupos de pessoas que, em suas relações cotidianas, sabendo ou não, educam-se uns aos outros e a quem estiver especificamente sob sua responsabilidade para tal objetivo, vivendo sempre Projetos Político Pedagógicos conscientes ou não. Isso ocorre porque esses espaços são constituídos pelas pessoas em relações sociais sempre sexuadas, revelando uma determinada visão de mundo na formação de pessoas que pode manter o que está posto no cotidiano ou pode transformá-lo.



Portanto, está sempre ocorrendo um processo de Educação nas relações entre as pessoas, Educação esta sempre sexuada! Como não poderia deixar de ser, tal fato ocorre também nas organizações educativas formais e não formais, dentre elas famílias e comunidades escolares.

Neste entendimento, os grupos humanos nas organizações educativas têm sempre um Projeto Político Pedagógico sendo vivido quando se relacionam. Entretanto, nas organizações educativas que se pretendam **democráticas** e **participativas**, esse projeto deve ser elaborado coletivamente, a partir das necessidades das pessoas que a compõem, seres humanos maravilhosamente sexuados. Melo e Pocovi (2002) indicam que esses projetos intencionais na escola, ou em outras organizações ou grupos, devem refletir a dinâmica da sexualidade a partir da visão do ser humano em sua integralidade, em suas dimensões de pessoa e cidadão, promovendo a sexualidade como um bem individual e social, construído historicamente pelos homens em suas relações sociais, ao produzirem seu modo de vida. Muitos são os caminhos que podem levar a comunidade escolar a viver novos projetos na área, devido à diversidade cultural expressa pelas pessoas que a constituem.

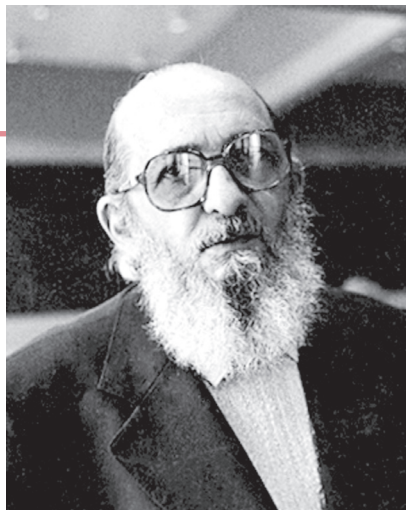
A possibilidade de elaborar esses tipos de projetos é que será tratada a seguir. Para auxiliá-lo em seus estudos, serão apresentados vários indicadores pedagógicos necessários para subsidiar a construção desses projetos. Acompanhe a seguir as várias etapas que devem ser seguidas!

Etapa do diagnóstico

É na etapa do diagnóstico que se deve buscar identificar quais são as informações e posturas que as pessoas trazem sobre a Educação Sexual,

pois são as demarcações para o início da reconstrução do processo e, conseqüentemente, dos projetos. Lembre-se de que sempre existe no mínimo uma bagagem informal sobre o tema sexualidade, em qualquer organização educativa, que deve ser diagnosticada e respeitada como ponto de partida.

Figura 3.1



Paulo Freire

Paulo Freire (1921 - 1997), grande educador brasileiro, sabiamente registrou que: "Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes..." Ele também alertou que "Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre."

Portanto, Paulo Freire aponta um importante indicador pedagógico nesta etapa: **usar todos os meios disponíveis para fazer um bom diagnóstico inicial** a respeito do que pensam sobre Educação Sexual aqueles que fazem parte da comunidade que será o centro dos projetos.



○ Sabe por que é muito importante este diagnóstico?

Porque, assim, a etapa de reelaboração de conhecimentos das pessoas (reelaboração sim porque sempre existem conhecimentos já elaborados, nunca se parte do nada ao se planejar algo) ocorrerá dentro de um contexto o mais participativo possível, e os projetos daí advindos partirão da realidade e de situações concretas e específicas, próprias daquele grupo, na qual cada um sentir-se-á respeitado e participante das decisões tomadas. Dessa maneira, Melo e Pocovi (2002, p. 66) registram que será bem provável que:

- os conteúdos do projeto sejam do interesse real daquele grupo;
- as formas de trabalhar no projeto sejam apropriadas;
- seja mantida no projeto uma coerência entre a forma de apresentação e a filosofia educativa a ser transmitida;
- o processo de vivenciar o projeto seja motivante e enriquecedor.

Observe a seguir uma sugestão de formulário para a sistematização de um diagnóstico inicial. Após, veja um exemplo de como poderia ser feito o registro desse diagnóstico, procurando atender aos seguintes questionamentos: quais os meios, como e com quem, quando os usaria e como trataria os dados coletados? Esse formulário é um dos modelos possíveis de serem aplicados para identificar qual a compreensão que as pessoas já trazem sobre a Educação Sexual.

Formulário de Diagnóstico Inicial			
Meios utilizados	Como e com quem devem ser usados	Quando os usaria	Tratamento dos dados coletados



Exemplo de Diagnóstico Inicial			
Meios utilizados	Como e com quem devem ser usados	Quando os usaria	Tratamento dos dados coletados
<i>Questionários elaborados por uma equipe para levantar os conceitos básicos a respeito do tema: O que é educação sexual? Como você acha que ela deveria ser tratada nesse contexto?</i>	<i>Impressão dos questionários para serem aplicados aos pais e professores da escola.</i>	<i>Devem ser distribuídos em reuniões e/ou enviados para as famílias por meio de envelopes entregues pelos discentes, solicitando devolução pelos mesmos meios.</i>	<i>Os dados devem ser tabulados e esta organização permitirá detectar como as pessoas compreendem o assunto. A partir disto, é possível definir o que deve ser trabalhado.</i>

Continuando a conversa, depois de ter feito esse diagnóstico inicial, lembre-se de que é preciso procurar envolver toda a comunidade na discussão, mesmo que o interesse e o compromisso partam de um grupo menor. Os(as) educadores(as) que pretendem mediar, articular e coordenar o processo devem debater antecipadamente entre si e ter um consenso básico sobre a

metodologia de participação a ser proposta para a comunidade, partilhando objetivos que foram definidos conjuntamente. (MELO; POCIVI, 2002).

Agora, observe uma sugestão de formulário para registrar uma equipe de trabalho, mesmo que hipotética. Identifique pessoas da comunidade escolar, tanto interna como externamente, que você julgar importante para compor essa equipe.

Minha equipe	
Nome	Papel ou função na comunidade escolar

Reveja agora as etapas básicas que deverão seguir-se ao diagnóstico inicial segundo Melo e Pocovi (2002)!

Etapa de sensibilização

Nesta etapa, ocorre a sensibilização da comunidade sobre a importância da Educação Sexual. Todos os espaços são válidos para vivenciar essa etapa: debates, reuniões, questionários, entrevistas, entre outros. Isso torna possível tirar dúvidas e colher material para delinear ainda mais o diagnóstico inicial, aprofundando o desvelamento do que a comunidade ou grupo pensa sobre a questão.



Nessa fase, não se deve esquecer que a equipe que está mediando e articulando o processo deve estar se reunindo sistematicamente para estudar a fundamentação teórica e para organizar esse diagnóstico. O estudo e a realimentação desse grupo deve ser permanente.

Veja a seguir mais um formulário de sistematização que poderá ajudá-lo(a) a refletir sobre a etapa vivida por uma organização educativa em relação ao projeto. O roteiro apresentado auxilia na preparação de uma dinâmica de sensibilização possível de ser utilizada com vários grupos envolvidos no processo.

Roteiro para preparação de uma dinâmica de sensibilização sobre projeto intencional de Educação Sexual	
Com quem será feita?	
Onde acontecerá?	
Qual será o tema escolhido?	
Que tipo de dinâmica será utilizada?	
Síntese da dinâmica, descrever: <ul style="list-style-type: none"> • duração; • metodologia; • introdução; • desenvolvimento; • fechamento; • avaliação. 	

Essa etapa de sensibilização é fundamental e não pode ser vivenciada com pressa e atropelos, sob pena de não se conseguir a adesão do maior número possível de pessoas da comunidade. Isso se refletirá na consistência, ou não, da retomada da discussão do tema Educação Sexual, via projetos intencionais, no Projeto Político Pedagógico já existente na comunidade ou no grupo.



O respeito ao tempo necessário para realizar a sensibilização, para discutir o tema com o maior número possível de pessoas da comunidade, solidifica a consistência dos projetos, sempre produzidos em um permanente movimento de mudança.

A retomada de discussão calcada no diagnóstico inicial, seguida de uma sólida e persistente etapa de sensibilização, numa abordagem emancipatória, envolvendo cada vez mais pessoas da comunidade, fundamentará as decisões coletivas sobre um projeto, ou projetos de Educação Sexual e suas etapas para um determinado período, sempre à luz do Projeto Político Pedagógico da escola.

Etapa de elaboração do projeto

Acompanhe a seguir os componentes básicos de um modelo de um projeto escrito; no caso poderão ser os de Educação Sexual que busquem ser parte de um processo maior nas organizações educativas!



Desvelamento da necessidade de execução do projeto. A partir da necessidade que pode brotar de uma questão que “incomode” uma, duas ou mais pessoas na comunidade escolar, questão esta que surge do cotidiano, levantar o que essa comunidade pensa sobre o tema é o **DIAGNÓSTICO**, que irá resultar em “quem é a comunidade”, de onde parte a comunidade, em relação à Educação Sexual.



Realizado o diagnóstico inicial, é importante sistematizar os resultados obtidos para confirmar a definição do **TEMA** do projeto. Neste momento, a comunidade escolar estará vivendo um produtivo e participativo processo de **SENSIBILIZAÇÃO** sobre a necessidade de dialogar sobre o tema.



Constituída uma equipe para elaborar o projeto em si, as pessoas nela envolvidas devem passar a escrever a **JUSTIFICATIVA**. “Lembre-se que a justificativa não é uma revisão bibliográfica” (GONSALVES, 2003, p. 60).

A autora continua alertando que o objetivo da justificativa trata sim de razões de ordem teórica, apenas para sublinhar a importância da temática escolhida para o projeto no campo teórico em debate. Pontos a considerar na justificativa:

- apresentar as razões em defesa do projeto a ser realizado;
- destacar a relação do tema e/ou do problema a ser enfrentado com o contexto no qual será desenvolvido o projeto;
- explicar os motivos teórico-práticos que justificam o projeto, bem como suas possíveis contribuições para o avanço do conhecimento humano e para a solução do problema em questão;
- fundamentar a exequibilidade do projeto, bem como destacar seus aspectos inovadores;
- justificar também a escolha do local onde será realizado.



Na sequência, definem-se os **OBJETIVOS**: “quem a comunidade quer ser” e aonde quer chegar em relação à Educação Sexual.



Após esses passos, passa-se então à definição das **ETAPAS** internas necessárias à execução do projeto: é o “como fazer”. A primeira etapa pode ser a das **METODOLOGIAS** que serão utilizadas. Neste momento, pode-se detalhar cada etapa com os seguintes itens: o que, quando, onde, para quem, responsável, recursos humanos e materiais a serem providenciados. Enfim, tudo o mais que a comunidade julgar necessário. Na sequência, deve ser definido como será o processo de **AVALIAÇÃO**. Não se esqueça de definir momentos frequentes de avaliações parciais, bem como momentos de avaliação de todo o projeto.

Isso posto, deve ser definido, então, um **CRONOGRAMA GERAL**, um **QUADRO DE CUSTOS**. Lembre-se de que toda e qualquer ação tem um custo material que deve ser levado em conta, bem como devem ser anotados e previstos custos extras para os quais a comunidade deverá buscar apoios.



Como a elaboração de um projeto pressupõe estudos e leituras aprofundando o tema, agora acrescente ao projeto o título **REFERÊNCIAS**, no qual se devem indicar todos os autores e autoras utilizados. Lembre-se de fazer uso das normas da ABNT para tanto. O objetivo dessas normas é o de uniformizar a publicação de conhecimentos científicos, além disso, elas estão sujeitas à atualização sem periodicidade estipulada. Ao trabalhar com elas, você poderá consultar frequentemente sites de busca sobre essas atualizações.

Etapa de execução

Finalmente, chega a etapa da execução ativa do projeto, a partir do planejamento dos caminhos metodológicos definidos coletivamente. Com o projeto pronto e aprovado pela comunidade em espaços coletivos colegiados, sendo parte expressa do PPP da escola, enriquecendo seu currículo, é possível passar à etapa de execução propriamente dita.

Nessa etapa, a comunidade escolar deve seguir o que foi registrado em seu planejamento. Ressalta-se a importância de compreender que, nesse processo de construir e executar projetos, a avaliação é fundamental e deve ser realizada permanentemente pelo grupo coordenador e, no mínimo, ao final de cada semestre, com toda a comunidade, a qual, por sua vez, deve ser chamada a avaliar coletivamente. Essa avaliação ampliada servirá para reorientar os rumos do PPP em sua totalidade e de cada um dos projetos dele derivados, inclusive os de Educação Sexual.

Compreendendo melhor cada uma das etapas metodológicas apresentadas anteriormente, torna-se possível que você, futuro educador, já possa começar a pensar em como construir e operacionalizar projetos intencionais de Educação Sexual para espaços educativos. Dessa forma, no capítulo seguinte, verifique como isso pode ocorrer!



Síntese do capítulo

Nesse capítulo, você teve a oportunidade de estudar e refletir sobre:

- » ser a sexualidade uma dimensão inseparável do existir humano e que a Educação Sexual proposta surge de um contexto no qual as construções sobre sexualidade emergem em várias vertentes pedagógicas, algumas com fortes marcas de repressão e outra, já intuída, e delineada pelos seres humanos, como aquela que aponta para a possibilidade de emancipação.
- » a importância de haver um Projeto Político Pedagógico na escola, o qual seja construído de forma consciente, intencional, coletiva e democrática pela comunidade educativa, sendo esta uma ação decisiva na busca de emancipação.
- » o processo de Educação Sexual ser sempre existente nas práticas pedagógicas, refletindo-se inclusive nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais.
- » os indicadores pedagógicos, expressos nas etapas necessárias para a produção e execução de projetos intencionais de Educação Sexual numa perspectiva emancipatória.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:

Atividades de aprendizagem



1. Registre sua compreensão sobre alguns indicadores pedagógicos estudados que são necessários nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em organizações educativas formais e não formais.

2. Dentre os indicadores apresentados neste capítulo, destaque um que se destina especificamente à etapa de sensibilização, identifique um problema concreto que possa impedir a sua realização e descreva como seria uma atividade a ser realizada no cotidiano da escola na direção da solução desse problema. Na tabela a seguir, encontra-se registrado um exemplo para nortear sua atividade.

Propostas de ação para auxiliar a etapa de sensibilização			
	Indicador pedagógico	Problemas concretos	Propostas de ação
Exemplo	Necessidade de envolvimento de um número cada vez maior de pessoas para debater o tema Educação Sexual.	Falta de integração família e escola.	Realizar reuniões frequentes entre famílias e escola, numa agenda que se expresse em dinâmicas realmente participativas.
Resposta			



Aprenda mais...

A seguir, indicamos algumas leituras para o aprofundamento de temas correlatos ao capítulo:

- » FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- » ISKANDAR, J. I. *Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba: Juruá, 2012.
- » PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: como construir um Projeto Político Pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- » FIGUEIRÓ, M. N. D. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

4

Elaboração de um projeto intencional de Educação Sexual

Então, como se elabora um projeto? Como isso acontece na prática? Que caminhos metodológicos devem ser adotados para elaborar projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas? Neste capítulo, você encontrará algumas respostas a essas perguntas e será convidado a elaborar um projeto de Educação Sexual, considerando as leituras realizadas no capítulo anterior.

Objetivo geral de aprendizagem

- » Compreender como se elabora um projeto intencional de Educação Sexual para uma organização educativa.

Seções de estudo

Seção 1 – Subsídios metodológicos para elaboração do projeto

Seção 2 – Elaborando o projeto

Político

educar é um ato político.

Pedagógico

a construção e a sistematização do conhecimento e dos saberes se viabilizam por meio da ação pedagógica.



Nos capítulos anteriores, você pode vislumbrar a Educação Sexual pautada em um paradigma emancipatório, compreendendo que, como educador(a), sempre se educa sexualmente nos espaços escolares, via currículo escolar, explícito ou oculto, e no seu planejamento, evidenciado no PPP da escola, que deve ser construído coletivamente pela comunidade escolar. Nessa construção, o tema transversal da Educação Sexual está sempre presente. Um dos caminhos para tratar intencionalmente a temática é a proposição de projetos específicos.

Esses projetos devem necessariamente ser incluídos no PPP, resignificando o currículo. Esses projetos são sempre projetos de pesquisa, pelo entendimento de pesquisa como um princípio educativo, sendo, portanto, cada um(a) e todos(as) os(as) educadores(as) pesquisadores. Isso porque, como desafia Paulo Freire (2000, p. 31), “como ser não devo nem posso abdicar da possibilidade que veio sendo construída, social e historicamente em nossa experiência existencial de, intervindo no mundo, inteli-lo e, em consequência comunicar o inteligido”.

As seções deste capítulo trazem mais alguns subsídios metodológicos para a elaboração de um projeto e como operacionalizá-lo.

Seção 1

Subsídios metodológicos para elaboração do projeto

Objetivo de aprendizagem

- » Compreender as etapas metodológicas de elaboração de um projeto intencional de Educação Sexual para organizações educativas.

Nesta seção, busca-se o aprofundamento da compreensão das etapas para elaboração de projetos intencionais de Educação Sexual. Para tanto, é utilizada uma estratégia pedagógica de diálogos com alguns autores que trabalham com indicadores metodológicos em perspectivas diferenciadas. A reflexão sobre essas contribuições enriquecerá sobremaneira seu processo de aprendizagem.

Paulo Freire defende a necessidade de um diagnóstico crítico da realidade, inclusive para embasar todo e qualquer projeto intencional de intervenção nessa mesma realidade, na qual apresenta que:

[...] a leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade. A denúncia e o anúncio criticamente feitos no processo de leitura do mundo dão origem ao sonho porque lutamos. (FREIRE, 2000b, p. 42-43).

É possível perceber claramente que este grande educador brasileiro aponta para a execução necessária e constante de um diagnóstico crítico da realidade. Na questão tratada nessa seção, essa contribuição reflexiva pode ser entendida como a necessidade de uma “leitura crítica do mundo” ser feita também no que se refere à sua comunidade escolar, sempre sexuada.

Acompanhe a seguir algumas considerações acerca dos elementos constituintes de projetos de pesquisa e alguns passos necessários para sua elaboração!

Problema e tema

Observe como Pádua (2001, p. 42-44) comenta a questão do enunciado de um problema!

Muitas vezes, o enunciado de um problema se apresenta como o resultado de um estudo exploratório anteriormente realizado; o pesquisador já se interessou por uma temática, já verificou seus elementos constitutivos e chegou à conclusão de que efetivamente existe um problema – teórico ou prático que necessita de uma solução. [...] a formulação e descrição do problema de pesquisa [- acrescentando também o foco do projeto a ser elaborado] não são estabelecidas de forma mecânica ou inquestionável, e podem sofrer alterações à medida que se avança no processo ou diante da possibilidade de mais de uma solução para o problema.

Barros e Lehfeld (1990, p. 45) registram que:

[...] o tema deve responder ao interesse do pesquisador, [indicando ainda que] podem surgir: da observação do cotidiano; da vida profissional; de programas de pesquisa; de contato e relacionamento com especialistas; de *feedback* de pesquisas já realizadas; do estudo da literatura especializada.

Já Boaventura (2004) faz algumas sugestões de como chegar ao tema. Sugere que se pense na experiência profissional; reflita sobre comentários ou críticas de alguma teoria; e que se busque sugestões ou inspirações na literatura especializada. Alerta, ainda, que o tema escrito deve ser levado para discussão junto aos demais envolvidos na decisão de elaboração de um projeto.

Como você pode perceber, os autores e autoras neste momento estão tratando também da etapa do diagnóstico, assim como da etapa de definição do tema. Eles também apresentam algumas ideias que auxiliam a repensar a questão da sensibilização, que deve ser sempre baseada numa perspectiva dialógica.



Mas o que seria diálogo para Paulo Freire?

Segundo Freire (1983, p. 28), “é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Esse processo dialógico com a comunidade escolar na busca do planejamento e posterior execução de um projeto de Educação Sexual inserido no PPP se contrapõe a um “planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos sistemas educacionais e das nossas redes escolares.” (PADILHA, 2001, p. 25).



Figura 4.1 - Participação democrática

Esse mesmo autor ainda registra que esta forma de planejar é uma questão de resistência se contrapondo a um modelo de planejamento que não permite a participação democrática de todas as pessoas envolvidas no processo.

Há que se evitar, nesse modelo, a convocação das pessoas para apenas participarem de ações definidas por alguns poucos que se considerem especialistas na questão. Viver dialogicamente fortalece a autonomia de cada um e do grupo: “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. Autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. (FREIRE, 1997 apud PADILHA, 2001, p. 17).

Justificativa e objetivos

A respeito das etapas da justificativa e dos objetivos, Boaventura (2004, p. 42) registra que:

[...] o projeto justifica-se de diversos modos. Partindo-se da motivação e do interesse pessoal na investigação – a acrescentaríamos que, em nosso projeto, seria o interesse coletivo – pode-se ressaltar a sua importância teórica ou prática, a relevância social e a oportunidade econômica. A justificativa situa o projeto no quadro da problemática, podendo envolver análise e dados.

Santos e Parra Filho (1998) alertam que a justificativa serve inclusive para mostrar prováveis limitações e o porquê das mesmas, contribui, ainda, apontando a importância de, na justificativa, fazer a demonstração do estágio atual do tema, a partir da apresentação de estudos de vários autores que o tenham trabalhado, ressaltando avanços ocorridos e o estágio atual dos estudos da temática.



Em relação aos objetivos gerais e específicos, Gonsalves (2003, p. 53) faz um alerta importante: “objetivo é o que você pretende atingir com sua pesquisa e não o que você vai fazer para atingi-lo!”

A autora complementa que objetivos servem para direcionar a ação e dar a definição da natureza do trabalho. Aponta que, quando se estabelecem objetivos, o problema é evidenciado mais uma vez. Portanto, revise seu problema, pois essa será uma maneira prática e eficiente na caminhada de objetivos.

Objetivos são vistos também por Gonsalves (2003, p. 56) como indicações norteadoras da escolha do percurso metodológico (métodos e técnicas de pesquisa). Registra, ainda, a necessidade da busca da coerência entre a

delimitação da questão, a redação dos objetivos e a metodologia escolhida. Santos e Parra Filho (1998, p. 210) destacam que o objetivo geral:

- » procura dar uma visão geral do assunto;
- » deve mostrar a importância do assunto em interface com o conhecimento geral e a temática proposta;
- » ressaltar a importância do trabalho proposto e sua contribuição para ampliar o conhecimento a ele relativo;
- » não deve delimitar o tema que será especificado no objetivo específico;
- » deve ser redigido em linguagem clara e precisa, adequada àquele possibilite avaliar a viabilidade da execução do trabalho.

Sobre os objetivos específicos, os mesmos autores apontam que estes devem definir pontos centrais do trabalho, delimitando-o. Essa delimitação permite a definição da devida profundidade da pesquisa.

Todas essas contribuições apontadas até aqui, oriundas das contribuições de vários autores e autoras, são apropriadas a qualquer projeto a que se pretenda dar qualidade pedagógica, inclusive os que se referem especificamente à temática da Educação Sexual.

Metodologia

Gonsalves (2003), ao tratar da escolha do percurso metodológico, registra que este se refere ao caminho a ser trilhado para que se atinja os objetivos definidos no projeto. Alerta que não se trata apenas de um conjunto de técnicas e instrumentos a serem utilizados, pois esse caminho será sempre parte de um processo de construção expresso pelo movimento do pensamento quando busca compreender a realidade social.

Quando uma equipe de trabalho registra um percurso metodológico, estará definindo uma **postura epistemológica** como pesquisadores(as). Deixa pistas de como está sendo concebida a relação sujeito-objeto do conhecimento. Gonsalves (2003, p. 62) deixa muito claro que “*métodos* significa o caminho para chegar a um fim, enquanto *logos* indica estudo sistemático, investigação. Assim, no sentido etimológico, metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo aí os procedimentos escolhidos”.



Figura 4.2 – Definições do processo

Aqui devem ser registrados os procedimentos da maneira mais detalhada possível, de acordo com as necessidades concretas da comunidade educativa que está elaborando o projeto.



Refletindo sobre o componente avaliação, Padilha (2001, p. 92) aponta que:

[...] são os momentos da verificação da concretização parcial e total dos objetivos e metas. Para tanto, é necessário prever também os instrumentos de avaliação. Em alguns casos, eles serão quantitativos, com, por exemplo, no taxas e índices [...]; em outros serão qualitativos.

Para Coppete (2011, p. 70):

[...] se analisarmos as práticas pedagógicas realizadas em muitas escolas [acrescentando também as práticas realizadas nos projetos das escolas], especialmente nesse componente do currículo que é a avaliação, constataremos diversas contradições e conflitos. [Assim, as] contradições e conflitos não são coisas ruins e negativas, como muitas pessoas pensam. [São termômetros no auxílio do diagnóstico sobre o que está acontecendo, pois] são a base da vida. [...] querendo ou não, a avaliação expressa juízos e pressupõe tomada de decisões.

Portanto, a avaliação também deve ter como base um trabalho coletivo, que, explicitando conflitos e contradições, possibilitam que sejam enfrentados, debatidos, com novas decisões sendo tomadas. Essa também é uma perspectiva esperada para projetos de Educação Sexual emancipatórios.

Cronograma

Sobre o cronograma, Padilha (2001, p. 92) destaca que ele auxilia na integração do desenvolvimento metodológico, pois prevê uma distribuição ordenada de ações ao longo do tempo “de acordo com as possibilidades de ação e a disponibilidade de recursos, cronologicamente situadas”. Sugere a elaboração de um quadro que possua as datas à esquerda e as atividades à direita de cada data, respectivamente, distribuindo os períodos – dias, meses ou anos – em que serão cumpridas.

Finalizando esta seção, leia e realize uma reflexão profunda sobre o que diz Paulo Freire:

Ajudar na elaboração do sonho de mudança do mundo como na sua concretização, de forma sistemática ou assistemática, na escola, como professor de matemática, de biologia, de história, de filosofia, de problemas de linguagem, não importa de quê; em casa como pai, ou como mãe, em nosso trato permanente com filhas e filhos, em nossas relações com auxiliares que conosco trabalham, é tarefa de mulheres e homens progressistas, de homens e mulheres que não apenas falam de democracia, mas a vivem, procurando fazê-la cada vez melhor. Se somos progressistas, realmente abertos ao outro e à outra, devemos nos esforçar com humildade, para diminuir, ao máximo, a distância entre o que dizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, p. 45).

Assim, o desafio na seção que segue será o de estimulá-lo na elaboração de um projeto intencional emancipatório de Educação Sexual, buscando com humildade a diminuição da distância entre o que uma comunidade educativa diz e o que ela faz. Esse será um grande esforço na construção de uma proposta educacional com vistas a uma concreta emancipação das pessoas.

Seção 2

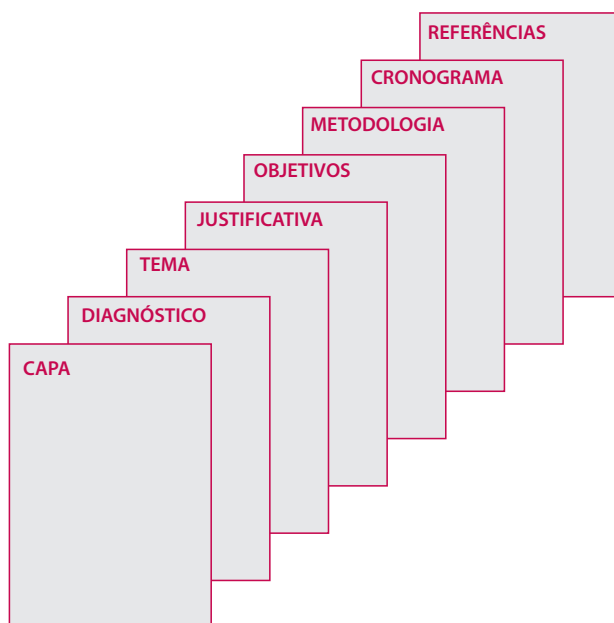
Elaborando o projeto

Objetivo de Aprendizagem

- » Entender como se elabora um projeto de Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, considerando os estudos realizados.

Considerando as etapas propostas nas seções anteriores, você verá a seguir como devem ser feitos os registros dos primeiros passos na elaboração da proposta de projeto de Educação Sexual para uma comunidade educativa.

A estrutura apresentada o ajudará na construção de projetos intencionais para serem aplicados em ambientes formais e não formais.



Esquema 4.1 - Estrutura do Projeto

Observe, nas páginas a seguir, como deve ser estruturado um projeto de Educação Sexual!



Projeto de Educação Sexual!

1

Capa

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Educação a Distância – CEAD
Curso de Pedagogia a Distância
Disciplina: Educação Sexual - interfaces curriculares

Título do Projeto:

Acadêmico/a:

Local, data

Síntese do Diagnóstico Inicial

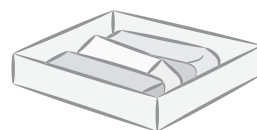
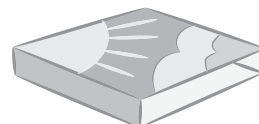
Registro do processo vivido, lembrando que ele foi realizado a partir de necessidades que brotaram do cotidiano da organização educativa, sendo que, sobre tais necessidades, o maior número de pessoas deve ter sido ouvido para definir coletivamente o tema.

2

3

Definição do tema

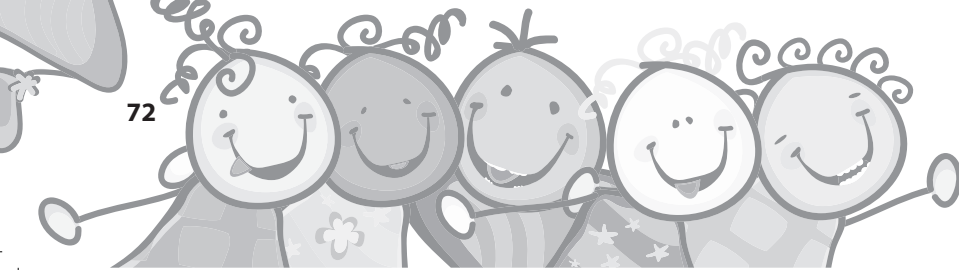
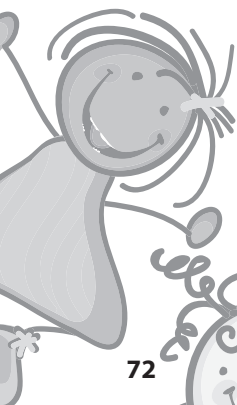
Definição da área de interesse a ser trabalhada, neste caso a Educação Sexual. Aqui, deve-se eleger, dentro da temática da Educação Sexual, um tema específico que foi escolhido a partir do diagnóstico. Deve-se comentar o processo de escolha, considerando o problema, ou problemas identificados e definidos coletivamente como algo a ser superado pela execução do projeto.



Porque foi escolhido o tema e porque ele é importante; os motivos que o justificam nos planos teóricos e práticos; a relação do tema e/ou do problema formulado com o contexto onde será desenvolvido o projeto; as contribuições que o projeto trará destacando seus aspectos inovadores.

Justificativa

4



5

Objetivos

Objetivos
Os objetivos servem para direcionar a ação e dar a definição da natureza do trabalho, conforme Gonsalves (2003).

Objetivo Geral
Deve dar uma visão geral do assunto, mostrar a sua importância em sua interface com o conhecimento geral e a temática proposta, ressaltar a importância do trabalho proposto, registrando a sua contribuição para ampliar o conhecimento da temática proposta, sem delimitar nele o que será registrado como objetivo específico, segundo contribuições feitas desde 1998 por Santos e Parra Filho.

Objetivos Específicos
Definem pontos centrais do trabalho, facilitando a delimitação e aprofundamento do projeto.

Neste momento, pode-se detalhar cada etapa com os seguintes itens: o que, quando, onde, para quem, responsável, recursos humanos e materiais a serem providenciados. Enfim, tudo o mais que a comunidade julgar necessário. Na sequência, deve ser definido como será o processo de avaliação. Não se esqueça de definir momentos de avaliações parciais frequentes, bem como momentos de avaliação do projeto como um todo.

Metodologia

6

Cronograma

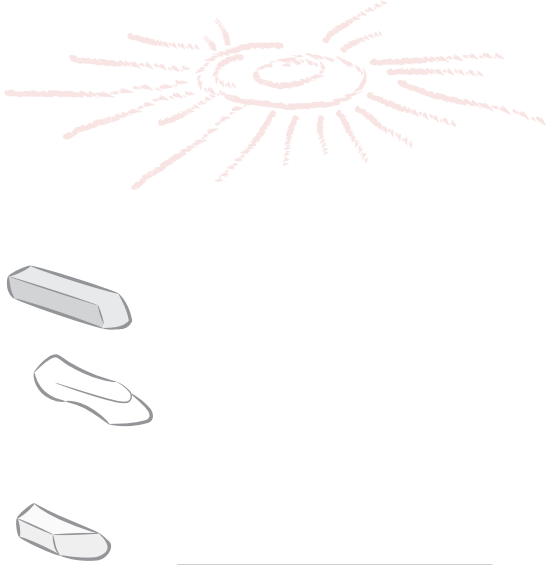
7

Padilha (2001) sugere a elaboração de um quadro tendo à esquerda as atividades e a direita de cada data, respectivamente, distribuindo seus períodos - dias, meses ou anos - em que serão cumpridas.

Deve ser acrescentado ao projeto todos os autores e todas as autoras utilizados, usando as normas da ABNT.

Referências

8



Encerrando esse processo de estudo, mas não finalizando a caminhada pedagógica de formação, esperamos que esse tempo tenha sido profícuo e prazeroso para você, contribuindo com suas reflexões, no entendimento de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 1996, p. 24).

É também com palavras desse importante educador que nos despedimos, palavras essas que sintetizam o capítulo, lembrando que:

[...] na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão não seja uma presença neutra. (FREIRE, 2000, p. 33).

É o que a Equipe EDUSEX deseja a vocês em seus espaços educativos, bem como a todos nós, sujeitos sexuados no mundo: não sejamos presenças neutras, mas sim presenças que lutam pela realização de sonhos éticos que melhorem o mundo para todos os seres humanos.



Síntese do capítulo

Alguns pontos importantes que foram apresentados neste capítulo são listados a seguir:

- » a necessidade de um diagnóstico crítico da realidade, inclusive para embasar todo e qualquer projeto intencional de intervenção nessa mesma realidade.
- » elementos constituintes de um projeto são: problema, tema, justificativa, objetivos, metodologia, cronograma e referências.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:

Atividades de aprendizagem



A partir da estrutura de um projeto de Educação Sexual apresentado neste capítulo, levando em consideração todas as discussões realizadas, escolha uma comunidade educativa, dentre organizações formais e não formais, e elabore um projeto intencional de Educação Sexual.

Aprenda mais...



Sugerimos mais algumas leituras para o aprofundamento do estudado:

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**.
Campinas: Editora Alínea, 2003.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática.
Campinas: Papirus, 2004.



Considerações finais

Estamos finalizando este Caderno Pedagógico, mas nossa caminhada continua. Nesse percurso, continuaremos, queiramos ou não, saibamos ou não, educando uns aos outros também sexualmente. Ao longo das leituras, estudos e reflexões realizadas, você deve ter percebido a importância do seu compromisso como educador e educadora. Verificou que ser um educador e educadora, sempre sexuados que todos e todas somos, requer uma busca de autoconhecimento, desvelando quais conceitos e preconceitos foram construídos social e historicamente, a fim de que se possa trabalhar de forma prazerosa, também, as questões relativas à sexualidade. Nesse processo, você pôde perceber que se deve buscar uma forma de educar combatendo o preconceito, a discriminação, a violência, ajudando a desenvolver no(a) nosso(a) aluno(a) uma consciência crítica e reflexiva, visando a auxiliar na construção de uma sociedade livre da opressão, na qual todos tenham o direito de exercer a cidadania plena.

Ao longo desta disciplina, você foi convidado a fazer uma reflexão sobre sexo e sexualidade, sendo parte de um tema transversal denominado aqui de Educação Sexual. Sendo este um processo permanente em toda e qualquer sociedade humana, também foram firmados os conceitos de sexo como marca biológica, e sexualidade, como marca humana. Além disso, você pode compreender a importância de se trabalhar a Educação Sexual de forma intencional, numa perspectiva emancipatória, e desvelar suas interfaces curriculares em espaços de aprendizagem formais e não formais. Ficou evidenciado que essa busca de interfaces contribui para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino, na perspectiva da inserção intencional do tema Educação Sexual emancipatória. Em seguida, foram oferecidas algumas orientações para a construção de projetos intencionais de Educação Sexual nessa abordagem em organizações formais e não formais de aprendizagem. Espera-se que tais orientações possam contribuir na construção de um Projeto Político Pedagógico coerente com a afirmativa de que sempre há um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas. Por fim, você pôde verificar como elaborar um projeto intencional de Educação Sexual, quais suas etapas metodológicas e qual a estrutura que deve apresentar um Projeto de Educação Sexual que poderá fazer parte de um Projeto Político Pedagógico de um espaço formal ou não formal de aprendizagem.

Chegamos ao final de mais um estudo sobre Educação e sexualidade, lembrando a todos e todas que o processo de desvelar a temática da Educação Sexual, sempre presente na formação de educadores e educadoras, não se esgota por aqui, mas vai permear toda a nossa existência, já que sempre somos todos e todas seres maravilhosamente sexuados.

Um grande e afetuoso abraço,

Professoras Gabriela, Patrícia, Vera e Sonia.

Autoras

Sonia Maria Martins de Melo

Possui Graduação em Pedagogia, habilitação Orientação Educacional, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1978), Especialização em Orientação Educacional pela UNIVALI, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Atualmente, é professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina. Atua no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) na graduação e pós-graduação (PPGE-FAED-UDESC), principalmente nos seguintes temas: Educação Sexual, sexualidade, Educação, formação de educadores e formação de professores, desenvolvimento de novos materiais pedagógicos e novas metodologias com o uso das TICs.

Vera Márcia Marques Santos

Possui Graduação em Pedagogia, habilitação Orientação Educacional (1994), Especialização em Educação Sexual (1997) e Mestrado em Educação e Cultura (2002), todos pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (PPG conceito seis CAPES), com intercâmbio na Universidade de Lisboa - Portugal. Professora efetiva no CEAD/UDESC, tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sexualidade Humana, atuando principalmente na formação de professores, com os temas: Educação Sexual, Sexualidade Humana, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Educação de Jovens e Adultos.

Gabriela Maria Dutra de Carvalho

Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (1972), Especialização em Análise Semântica pela PUC-SP (1976); Mestrado em Educação pelo PPGE-FAED-UDESC (2009). Atualmente, é professora efetiva da Universidade Estadual de Santa Catarina, atuando no CEAD/UDESC. Tem experiência na área de Educação Sexual e Língua Portuguesa, Educação e Tecnologia com ênfase nos seguintes temas: Formação Continuada, Formação de Professores e Adolescentes, Educação Sexual, Extensão Universitária, Análise e Produção de Texto.

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes

Possui Graduação em Curso Formação Psicólogo pela Universidade do Vale do Itajaí (1995), Graduação em Curso Bacharel e Licenciatura em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1995) e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Sexualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Sexual, Educação Sexual Emancipatória, Extensão Universitária, Sexualidade e Formação de Educadores. Atualmente, cursa Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina.

Parecerista

Enemari Salete Poletti

Possui Graduação em Pedagogia – Orientação Educacional, pela Fundação Educacional Unificada do Oeste Santa Catarina (1992). Especialização em Orientação Educacional pela Universidade do Contestado – UNC (1996). Practitioner da Neurolinguística pela Âncora Consultoria & Cursos (1998). Master Practitioner de Programação Neurolinguística pela Metaprocessos Avançados (2000). Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2010). Atualmente, é Orientadora Educacional da Escola de Ensino Médio Jacó Anderle. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação.

Capítulo 1

1. Faça a seguinte pergunta a professores(as), orientadores(as), diretores(as), assistentes técnicos pedagógicos, assistentes de educação, serventes e alunos(as) de uma escola: qual a sua compreensão sobre sexo e sexualidade? Registre a seguir uma síntese das respostas obtidas e construa uma reflexão sobre elas, com base nos estudos até agora e procurando responder a pergunta: Afinal por que ainda ficamos inibidos para falar sobre a temática sexualidade?

Comentário: Resposta de cunho pessoal, na qual devem ser registradas as sínteses das percepções coletadas e sua reflexão. Você deve ter percebido que a comunidade escolar é perpassada pela compreensão de sexo e sexualidade que cada um tem como resultado de suas vivências até o momento. Os entendimentos podem ser diferentes ou até mesmo semelhantes e devem ser considerados como ponto de partida para qualquer trabalho que se pretenda realizar em relação à Educação Sexual.

2. A partir das respostas obtidas na questão anterior, registre como você compreende que isso se reflete no currículo em que a Educação Sexual é entendida como tema transversal.

Comentário: Sua resposta deve indicar a compreensão do conceito de currículo estudado até agora, inclusive na sua “versão oculta”, bem como o conceito de Educação Sexual como tema transversal. Se julgar necessário, retorne e releia o capítulo.

Capítulo 2

1. Relembre vivências que você teve como aluno(a) ou docente e que, no seu entendimento, refletem algumas interfaces curriculares existentes entre PPP e a temática transversal da Educação Sexual. Registre suas lembranças a seguir.

Comentário: Resposta de cunho pessoal. Toda e qualquer vivência que você lembrou é válida e contribui para demonstrar que já foi percebida a existência de interfaces curriculares entre PPP e a temática transversal da Educação Sexual.

2. Escolha uma das vivências lembradas na atividade anterior e sugira, a partir dos estudos feitos neste capítulo, como ela poderia ser hoje trabalhada numa perspectiva de Educação Sexual emancipatória.

Comentário: A atividade proposta por você deverá ser permeada por indicadores dentre os já estudados até agora que auxiliem na construção de uma Educação Sexual emancipatória.

Capítulo 3

1. Registre sua compreensão sobre alguns indicadores pedagógicos estudados que são necessários nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em organizações educativas formais e não formais.

Comentário: Resposta de cunho pessoal, mas sua compreensão deve expressar o compromisso com a vertente emancipatória de Educação Sexual à luz dos estudos realizados.

2. Dentre os indicadores apresentados neste capítulo, destaque um que

se destina especificamente à etapa de sensibilização, identifique um problema concreto que possa impedir a sua realização e descreva como seria uma atividade a ser realizada no cotidiano da escola na direção da solução desse problema. Na tabela a seguir, encontra-se registrado um exemplo para nortear sua atividade.

Comentário: A atividade proposta deverá estar coerente com os indicadores próprios da vertente emancipatória de Educação Sexual à luz dos estudos realizados. Isso poderá auxiliar na efetivação de uma proposta intencional emancipatória de Educação Sexual.

Capítulo 4

1. A partir da estrutura de um projeto de Educação Sexual apresentado neste capítulo, levando em consideração todas as discussões realizadas, escolha uma comunidade educativa, dentre organizações formais e não formais, e elabore um projeto intencional de Educação Sexual.

Comentário: O seu projeto deverá conter as etapas enunciadas neste capítulo, considerando os subsídios teóricos e metodológicos dos capítulos anteriores.



ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. São Paulo: Summus, 1985.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jun. 2012.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CABRAL, J. **A sexualidade no mundo ocidental**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**. Essa nossa (Desconhecida). 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COPETTE, M. C. **Currículo**. Caderno Pedagógico. 2. ed. Florianópolis: DIO-ESC, 2011.

CARVALHO, F. A. Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos dentro da escola? In: FIGUEIRÓ, M. N. (org.). **Educação Sexual**: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

FIGUEIRÓ, M. N. Educação sem medo da sensualidade. **Folha de Londrina on-line**. Londrina: Espaço Aberto, 2004. Disponível em: <http://www.maryneidefigueiro.com.br/pdf/educacao_sem_medo_da_sensualidade.pdf>. Acesso em: 26 maio 2012.

_____. **Educação sexual:** retomando uma proposta um desafio. 3. ed. rev. Londrina: Eduel, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática de liberdade.** 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GARCIA, L. A. M. Transversalidade e interdisciplinaridade. Brasília: Faculdade de Biologia, 2002. Disponível em: <<http://4pilares.net/text-cont/garcia-transversalidade-print.htm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação sexual:** uma proposta, um desafio. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas: Editora Alínea, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MACIEL, V. A. Projeto Político-Pedagógico: uma ação educativa necessária à realidade. In: PANDINE, C. M. C. (Org.). **Planejamento e avaliação educacional e institucional.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: DIO-ESC, 2011.

MELO, S. M. M.; POCIVI, R. **Educação e sexualidade.** Caderno Pedagógico. 2. ed. Florianópolis: DIOESC, 2011.

_____. **Educação e sexualidade.** Caderno Pedagógico I. Florianópolis: UDESC, 2002.

MELLO, G. N. de. **Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo**. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2005.

NUNES, C. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual . Campinas: UNICAMP, 1996.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

SANTOS, M. A. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental**: uma realidade distante? Monografia-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES - Campus de Caicó, 2001.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 2011.

SANTOS, V. M. M. **A formação do educador frente à violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Florianópolis: UDESC/FAED/DAPE, 2002.

SILVA, E. A. **Filosofia, educação e educação sexual**: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Referências das figuras



Figura 1.1 - Pág. 17
Sexualidade

Fonte: Disponível em: <<http://www.pacoquinha.com/bonecos-para-educacao-sexual/>>. Acesso em: 02 ago 2012.



Figura 1.2 - Pág. 18

Discussão na comunidade escolar

Fonte: Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Shlomi_Dialogue.jpg?uselang=pt>. Acesso em: 10 ago 2012.



Figura 1.3 - Pág. 20
Tabus/Mitos

Fonte: Equipe CEAD/UDESC

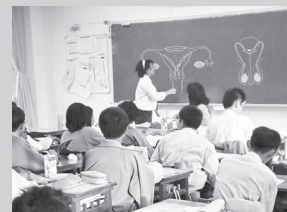


Figura 1.4 - Pág. 21

Visão médico-biológica

Fonte: Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Teaching_in_Da_Ji_Junior_High_School_2006-12-13.jpg>. Acesso em: 04 ago 2012.



Figura 1.5 - Pág. 24

Manifestações de sexualidade na escola

Fonte: Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Foreverjiji.jpg?uselang=pt>>. Acesso em: 05 ago 2012.



Figura 1.6 - Pág. 28

Relações de gênero na escola

Fonte: Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alunos_colegio.jpg>. Acesso em: 08 ago 2012.



Figura 2.1 - Pág. 39

Reflexão crítica em sala de aula

Fonte: Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Unterricht.jpg?uselang=pt>>. Acesso em: 05 ago 2012.



Figura 2.2 - Pág. 42

Elaboração do PPP

Fonte: Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SIBABIBLIO.JPG?uselang=pt-br>>. Acesso em: 05 ago 2012.



Figura 2.3- **Pág. 43**
PPP: documento norteador.
Fonte: Equipe CEAD/UDESC

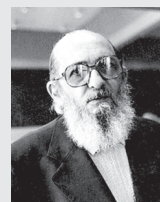


Figura 3.1 - **Pág. 54**
Paulo Freire

Fonte: Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paulo_Freire.jpg>. Acesso em: 10 ago 2012.



Figura 4.1 - **Pág. 66**
Participação democrática

Fonte: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/03/New_Alipore_Multipurpose_School_Alumni_Association_-_NAMSAA_first_reunion.jpg>. Acesso em: 04 ago 2012.



Figura 4.2 - **Pág. 69**
Definições do processo

Fonte: Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Reuni%C3%A3o_entre_o_MootiroMaps_e_o_grupo_articulador_\(2\).JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Reuni%C3%A3o_entre_o_MootiroMaps_e_o_grupo_articulador_(2).JPG)>. Acesso em: 04 ago 2012.